



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0262/16	DATA: 13/04/2016	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 10h03min	TÉRMINO: 12h51min	PÁGINAS: 77

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Secretário de Finanças e Administração da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Houve tumulto no plenário.
Houve exibição de vídeo.
Houve manifestações na plateia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Bom dia a todos! Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, na demarcação de terras indígenas e remanescentes de quilombolas — CPI FUNAI e INCRA.

Informo aos Srs. Parlamentares que a ata da reunião do dia 12 de abril de 2016 será colocada à disposição na próxima reunião.

Expediente.

Esta Presidência informa o recebimento dos seguintes documentos:

Ofício nº 58, de 2016, da Liderança do PRB, indicando o Deputado Lindomar Garçon para suplente da CPI, devidamente deferido pela Presidência desta Casa.

Ofício nº 106, de 2016, da Liderança do PSD, desligando o Deputado Fábio Mitidieri e indicando o Deputado João Rodrigues para titular da CPI, devidamente deferido pela Presidência desta Casa.

Ofício do Ministério Público de Santa Catarina em resposta à requisição da CPI, nos termos do Requerimento nº 143, de 2016, de autoria do Deputado Valdir Colatto, encaminhando, em mídia digital, as informações relativas às questões envolvendo a terra indígena Morro dos Cavalos obtidas pela 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palhoça, Santa Catarina.

Ofício do Tribunal de Contas da União em resposta à requisição da Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do Requerimento nº 152, de 2016, de autoria do Deputado Valdir Colatto, encaminhando cópia de processo que trata da denúncia sobre possíveis irregularidades na escolha do projeto de travessia do Morro dos Cavalos.

Ofícios nºs 475 e 484, do Ministério da Saúde, enviando informações relacionadas aos repasses financeiros feitos a entidades ligadas à saúde indígena.

Ofício do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT em resposta à requisição da CPI, nos termos do Requerimento nº 149, de 2016, de autoria do Deputado Valdir Colatto, encaminhando documentos e informações resultantes dos estudos ambientais para licenciamento prévio e de instalação da BR-101, em Santa Catarina, e da BR-392, no Rio Grande do Sul.



Aviso e Ofício do Tribunal de Contas da União em resposta à requisição da CPI, nos termos do Requerimento nº 62, de 2016, de autoria do Deputado Alceu Moreira. Os documentos estão classificados como sigilosos e se encontram na Secretaria à disposição dos Parlamentares para consulta.

Mensagem eletrônica encaminhando o Ofício da Delegacia de Polícia Federal de Passo Fundo em resposta à requisição da CPI, nos termos do Requerimento nº 175, de 2016, de autoria do Deputado Nilson Leitão, encaminhando tabela com os dados para acesso aos inquéritos da Delegacia de Polícia Federal em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, que envolvem a questão indígena na região norte do Rio Grande do Sul.

Ofício do Ministério Público Federal em resposta à requisição da CPI, nos termos do Requerimento nº 142, de 2016, de autoria do Deputado Valdir Colatto, com informações relativas às questões envolvendo a terra indígena Morro dos Cavalos, em Santa Catarina.

Ofício da Fundação Nacional do Índio em resposta à requisição da CPI, nos termos dos Requerimentos nºs 145 e 157, de 2016, de autoria do Deputado Valdir Colatto, com informações relativas ao Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani.

Ofício da Fundação Nacional do Índio em resposta à requisição da CPI, nos termos do Requerimento nº 136, de 2016, de autoria do Deputado Valdir Colatto, com informações sobre as áreas e comunidades guarani afetadas pelas obras de duplicação da BR-101.

Fax do Supremo Tribunal Federal, recebido em 12 de abril de 2016, com decisão do Sr. Ministro Marco Aurélio, informando deferimento de liminar pleiteada no Habeas Corpus nº 133.933, impetrado em favor de Aristides Veras dos Santos, nos seguintes termos: *“Defiro a liminar pleiteada, assegurando a Aristides Veras dos Santos o direito de não subscrever o termo de compromisso, de manter-se em silêncio e de ser assistido por profissional da advocacia”*.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, questão de ordem, por favor, art. 50, inciso I, combinado com o art. 80, combinado com o art. 97, § 3º.

Se eu entendi bem, V.Exa. disse que a leitura da ata da sessão anterior não seria feita no dia de hoje, seria feita na próxima sessão.



Eu queria saber o que garante, no Regimento Interno, essa possibilidade, a partir dos dispositivos que eu tive aqui a oportunidade de elencar. Vou repeti-los: art. 97, § 3º, combinado com o art. 50, inciso I, combinado com o art. 80, deixando claro que a discussão da ata anterior se torna fundamental, porque o que está acontecendo aqui é a transformação desta CPI num instrumento de polícia política. O que está acontecendo nesta CPI é a construção, repito, de um aparelho para que tenhamos aqui a construção de uma política e de uma polícia política.

Então, eu gostaria de saber se foi registrada na ata da sessão anterior exatamente a discussão que se está estabelecendo, com os requerimentos que foram votados e a diligência com a oitiva que está programada para esta sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito.

É esta a questão de ordem que faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A Assessoria me informa, Deputado Glauber, que a ata da sessão de ontem, concluída depois das 18 horas, em virtude da quantidade de questões de ordem e áudios a serem averiguados pela assessoria técnica, não está pronta com segurança para a votação dos Srs. Parlamentares.

Como esta reunião tem o objetivo único de ouvir o Sr. Aristides, não há outro tema, nós achamos de bom alvitre não colocá-la em votação. Ela é um documento administrativo da Comissão. Não há nenhuma interrupção, nenhum prejuízo. E ela poderá ser votada na reunião seguinte.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Só deixo claro que eu gostaria que fosse registrado na ata da sessão de hoje que, dessa forma, esta reunião nem poderia estar acontecendo, porque é obrigatória a leitura da ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Recolho a questão de ordem de V.Exa. e a responderei oportunamente.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Aguardarei a resposta, mas gostaria que fosse registrado em ata aquilo o que eu estou dizendo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não depende nem sequer do seu gosto. Suas palavras serão registradas em ata porque elas são ditas publicamente nesta Comissão. Não é preciso gostar ou não.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Mas, neste momento, como as atas não estão disponibilizadas para leitura, vale, sim, frisar e registrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não vai fazer uma polêmica aqui, tomando como verdade inverdades absolutas.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não precisa ficar nervoso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não precisa ficar nervoso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - As atas sempre estiveram...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não fique nervoso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não estou nervoso.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não fique nervoso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu só não sou obrigado a conviver com a hipocrisia.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - V.Exa. não é o coronel da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não sou obrigado a conviver com a hipocrisia.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não fique nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não tem mais a palavra. A sua questão de ordem será respondida.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não fique nervoso. Aqui V.Exa. não é o coronel da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - E nem V.Exa. tem nenhuma primazia com relação aos outros Parlamentares. As atas estarão à disposição dos Srs. Parlamentares, como sempre estiveram, na forma do Regimento Interno.

(O microfone é desligado.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é a questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu sugiro, em função dos mesmos artigos já pontuados pelo Deputado Glauber, que seja cancelada esta oitiva.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Se for para falar, eu também vou querer falar, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não é questão de ordem. V.Exa. não tem a palavra. Por favor!

Ordem do dia.

A presente reunião destina-se à tomada de depoimento do Sr. Aristides Veras dos Santos, Secretário de Finanças e Administração da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, convocado pela aprovação do Requerimento nº 210, de 2016, da Deputada Tereza Cristina e outros.

Após examinar o requerimento aprovado, considerando-se a decisão do Supremo Tribunal Federal em liminar deferida pelo Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio, nos autos do Habeas Corpus nº 133.933, esta Presidência informa que o Sr. Aristides Veras dos Santos foi convocado para prestar informações sobre o objetivo da investigação desta CPI. Ser-lhe-ão garantidos os direitos de não subscrever o termo de compromisso, manter-se em silêncio e ser assistido por profissional da advocacia.

Peço atenção aos Srs. Parlamentares para as normas estabelecidas pelo Regimento Interno.

O tempo concedido ao depoente será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo o depoente ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. A lista de inscrição encontra-se sobre a mesa e será encerrada no início da fala do depoente. Durante a tomada do depoimento poderão usar da palavra o Relator, por 30 minutos, e o primeiro autor do requerimento, por 5 minutos, e os membros da Comissão e demais Parlamentares, por 3 minutos. As perguntas ao depoente deverão ser formuladas no espaço de tempo concedido, podendo os Parlamentares usar novamente da palavra pelo mesmo prazo para obter esclarecimento quando não considere satisfatória a resposta do depoente sobre a pergunta formulada no tempo inicial. Os Líderes falarão pelo tempo regimental para fazer comunicação destinada ao debate.

Convido o Sr. Aristides Veras dos Santos a tomar assento nesta Mesa.
(Pausa.)

Sr. Aristides Veras dos Santos, o senhor foi convocado a prestar depoimento perante a Comissão.



Em face do deferimento pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio, de medida liminar em Habeas Corpus nº 133.993, esta Presidência informa que V.Sa. será ouvido, sendo-lhe assegurado o direito de não subscrever o termo de compromisso, de manter-se em silêncio e de ser assistido por profissional de advocacia. Entretanto, informo que sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito na conclusão desta CPI, que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

O Sr. Aristides está acompanhado do seu advogado, Ivaneck Perez Alves

Com a palavra o depoente, Sr. Aristides Veras dos Santos, por até 20 minutos, se assim desejar.

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Sr. Presidente Alceu Moreira, demais membros da Mesa, Deputados e Deputadas aqui presentes, minhas saudações e saudações de todos os companheiros da CONTAG que estão aqui presentes. Cumprimento aqui os advogados que me acompanham; cumprimento o presidente da nossa Confederação, o companheiro Alberto, que é do Rio Grande do Sul; cumprimento o companheiro Antoninho Rovaris, que é de Santa Catarina, um diretor da CONTAG; o companheiro Willian, que também é diretor da CONTAG, nosso vice-presidente, que é de Tocantins; o companheiro David, que também é diretor da CONTAG, e é da Bahia; a companheira Maria José, que é do Piauí; o companheiro José Wilson, que é Ceará; o companheiro Zenildo, que é do Espírito Santo; o companheiro Juraci, de Minas Gerais; e a companheira Dorenice, de Mato Grosso Sul. Através deles, quero cumprimentar os demais assessores e integrantes do movimento sindical, aqui representados pela CONTAG, neste evento. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria de dizer que sou de Tabira, no sertão de Pajeú, Município de Pernambuco. Lá no sertão do Pajeú, a 400 quilômetros de Recife. A minha militância política iniciei nas Pastorais da Juventude da Igreja Católica, nas comunidades eclesiais de base, presidi o Sindicato dos trabalhadores rurais de Tabira por três mandatos, fui vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores no meu Estado, também fui Vereador — exerci o mandato de Vereador no meu Município por dois mandatos seguidos, fui eleito e reeleito —, fui Vice-Prefeito da minha cidade de Tabira — Vice-Prefeito por um mandato —, presidi a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco —



FETAPE por dois mandatos quase completos, porque eu saí antes de terminar para assumir a direção da CONTAG. Então, foram 7 anos na presidência da nossa Federação, na FETAPE, em Pernambuco, e, na CONTAG, estou há 7 anos. Substituí o saudoso companheiro Manoel dos Santos, que presidiu a CONTAG por 11 anos, e fui reeleito no último mandato, que vai até abril do ano que vem. A CONTAG, Sras. e Srs. Deputados, tem 52 anos de história. Representamos, aproximadamente, 20 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, incluindo assalariados e assalariadas rurais, agricultores e agricultoras familiares. Filiados à CONTAG são mais de 4 mil sindicatos. Pelos dados do Ministério do Trabalho, nós temos, no Brasil, os sindicatos de trabalhadores. Não estou incluindo aqui os sindicatos da área patronal, do setor patronal. Os sindicatos de trabalhadores no Brasil, segundo o Ministério do Trabalho, são em torno de 10 mil sindicatos. Só na CONTAG tem mais de 4 mil sindicatos filiados. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a CONTAG, e eu, em particular, respeitamos muito esta Comissão, respeitamos as Sras. e Srs. Deputados, mas entendo que o meu testemunho aqui não tem muito com o que ajudar no objeto desta Comissão. E considerando a orientação dos meus advogados, Sr. Presidente, vou usar o meu direito de ficar em silêncio. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Nilson Leitão, pelo prazo de 30 minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cumprimento o Sr. Aristides Veras dos Santos, Secretário de Finanças e Administração da CONTAG, acompanhado de seu advogado e de um *habeas corpus*, que garante o seu silêncio. Isso eu lamento muito, até porque quem falou tanto dentro de uma estrutura pública, como o Palácio do Planalto, para a imprensa nacional e internacional, não sei por que quer se privar de falar dentro da Casa do Povo, com a presença de quem concorda e de quem não concorda com o que ele disse.

É lamentável que alguém que representa 20 milhões de pequenos produtores do Brasil, por uma decisão pessoal, fale de forma ofensiva e ameaçadora e, depois, aqui nesta Casa, negue-se a falar.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Isso é juízo de valor, Relator. Tem que fazer os questionamentos.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - V.Exa., por favor, não me interrompa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não interrompa a palavra. Ninguém vai interromper. Será cassada a palavra. O Relator terá 30 minutos para se pronunciar da forma...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Chefe de Polícia, Deputado.
(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - S.Exa. vai ter tempo para falar. Se houver interrupção, eu vou acrescentar sempre o tempo que ele for interrompido. O prejuízo é dos senhores.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Quero lamentar esse comportamento, porque o Brasil gostaria, de fato, de ver a mesma coragem, aqui nesta Casa, proferida num ambiente onde estava totalmente protegido, com a claque escolhida para ter aquela fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Relator, eu quero pedir desculpas ao Senador Humberto Costa que está aqui conosco. Não fiz alusão ao seu nome. Agradeço a sua presença para acompanhamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Cumprimento também o Senador Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde.

Sr. Aristides, diante desse preâmbulo que abro, também nos preocupa — aliás, será, sem dúvida nenhuma, num futuro muito próximo, outro tema desta Casa — o funcionamento de sindicatos, federações, confederações representativas, tanto patronais como de trabalhadores neste País. Percebemos que a vida desses representantes que estão há muito tempo à frente de sindicatos, tanto patronais como de trabalhadores, tem sido bem diferenciada daqueles que eles representam.

V.Sa. reside há alguns anos em Brasília, tem um apartamento na Asa Sul, em uma quadra nobre da Capital Federal. Poderia nos informar onde exerce e desde quando exerce a atividade de agricultura? Essa pergunta eu acho que é simples.

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - É... Nobre Relator, com todo respeito a V.Exa., vou usar o meu direito de permanecer em silêncio.



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Certo.

A nota intitulada, entre aspas, “*Está no DNA do Governo dialogar com toda a sociedade*”, publicada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e transcrita no *site Rede Brasil Atual*, registra que o senhor, como Secretário de Finanças e Administração da CONTAG, declarou o seguinte, entre aspas: “*Somos sustentados pelos nossos 10 milhões de associados*”. Aqui, o senhor disse 20 milhões. Ora, esses 10 milhões de associados naturalmente devem ser pessoas de poucos recursos, poucos recursos, e como agricultores familiares vivem de lavrar a terra.

Esses 10 milhões de agricultores são sabedores do endereço residencial que o senhor teve ou tem na Quadra 106 Sul, do Distrito Federal, apartamento de 178 metros quadrados, um, no Bloco C e, outro, no Bloco D, área de classe média alta, bem distinta da categoria que o senhor alega representar? Não devem saber. Não teremos essa resposta do Sr. Aristides.

Esses 10 milhões de agricultores sabem que o valor do aluguel de um apartamento desse padrão está na ordem de 3.500 reais e o seu valor para a venda pode chegar a 1 milhão e meio de reais?

Esses 10 milhões de agricultores sabem que o imóvel do Bloco D, da 106 Sul, de acordo com a Matrícula nº 654447, no 1º Registro de Imóveis do Distrito Federal, está em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG?

Considerando a pergunta anterior, é normal entre os integrantes da direção da CONTAG a ocupação de imóveis da entidade para a sua residência e de seus familiares? A ser assim, todos esses imóveis obedecem ao mesmo padrão daquele do Bloco D da 106 Sul que pertence à CONTAG?

O SR. DEPUTADO JOÃO MARCELO SOUZA - O imóvel está em nome de quem? Eu não entendi.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Da CONTAG.

O SR. DEPUTADO JOÃO MARCELO SOUZA - O imóvel está no nome da CONTAG?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Esses 10 milhões de agricultores poderão saber de onde provém a remuneração que garante o seu sustento e o da



sua família, bem como o valor dela? Quanto percebe de remuneração pelas suas atividades na CONTAG?

V.Sa. quer responder a alguma dessas perguntas?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu vou continuar perguntando pelos 10 milhões de agricultores.

Esses 10 milhões de agricultores poderiam saber como foram pagas as despesas de passagem e estada do senhor e de seus familiares em viagens internacionais — do senhor e de vossa família — para Buenos Aires, Montevideu, Londres, Cabo Verde, Portugal, Alemanha, Áustria, Polônia, etc.? (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO MARCON - Mas esse negócio tem alguma coisa a ver com a CPI?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem!

O SR. DEPUTADO MARCON - Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não cabe questão de ordem durante a leitura.

Por favor, continue, Relator.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não é leitura. Isso não tem a ver com o objeto da CPI!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Ele está rebaixando o Congresso Nacional (*ininteligível*).

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Será acrescida ao tempo do Parlamentar a duração de todas as interrupções. Por favor, podem falar à vontade!

V.Exa. não tem questão de ordem alguma, porque não cabe questão de ordem durante a leitura.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Cabe questão de ordem, sim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não cabe, e ela está indeferida.



V.Exa. tem a palavra, Relator.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Gestapo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pode continuar lendo.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Peço que repare o tempo, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Repare o tempo. Acrescente mais 2 minutos ao tempo do Relator.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Como o depoente não quer responder, V.Exas. querem responder por ele? Se ele não está afetado por isso, V.Exas. também não deveriam estar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, leia! Leia o relatório, leia os questionamentos.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Esses 10 milhões de agricultores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ninguém vai ganhar no grito aqui. Ele vai fazer a leitura na forma do Regimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor está ganhando no grito! Autoritário!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Deputado Alceu, vou fazer um apelo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Esses 10 milhões de agricultores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não há possibilidade de apelo durante a leitura.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É que realmente o direcionamento...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Esses 10 milhões de agricultores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu vou cortar a palavra de V.Exa. e acrescentar ao tempo do Relator mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas V.Exa...

(Não identificado) - Isso é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ou V.Exas. deixam o Relator fazer a leitura, ou V.Exas. vão ter a palavra cortada. Não cabe interrupção!



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - *(Ininteligível)* ao arripio da lei!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Existe a forma regimental de reclamar! Não é no grito! Reclame!

Por favor, Relator, continue.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não cabe questão de ordem durante a leitura.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, pode fazer a leitura.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Esses 10 milhões de agricultores poderão saber que mais de uma dependente sua estudou durante 4 anos no Colégio Olimpo, um dos mais caros do Distrito Federal, cuja mensalidade hoje chega a 2.745 reais, totalizando no ano 32.940 reais?

Esses 10 milhões de agricultores — a maioria, assalariados — poderão saber que o senhor teve endereço na cidade de Recife, na Avenida Rui Barbosa, no Bairro das Graças, uma das áreas mais nobres da Capital pernambucana?

O senhor deseja responder, senhor depoente? Senhor depoente, V.Sa. quer responder? *(Pausa.)*

Esses 10 milhões de agricultores poderão saber que o seu carro Honda Civic LXR 2013, modelo 2014 *(apupos)*, placa JKJ2960...

(Tumulto no plenário.)

O SR. DEPUTADO JOÃO MARCELO SOUZA - As cuecas são Hering?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - ...vale hoje 60 mil reais?

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Sr. Relator terá o tempo recomposto.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Respeite o Regimento, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O que dirão os 10 milhões de agricultores associados à CONTAG quando tomarem conhecimento disso tudo?



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - *(Ininteligível)* desmoralização deste Parlamento! É ridículo isso! É ridículo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ridículo é fazer discurso no Planalto mandando invadir gabinete de Parlamentar! Vai haver a leitura! *(Palmas e apupos.)*

E ridículo é querer se fazer de machão no Planalto, uma casa do povo, dizendo que quer invadir o gabinete dos Parlamentares.

V.Exa. vai ler. Continue lendo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vai ler! É o relatório, o que tu queres?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Consulte a sua bancada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Leia! Leia, Relator!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. tem o tempo garantido para fazer a leitura.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A matéria *Presidente Dilma assina 21 decretos para fins de reforma agrária*, publicada no site da CONTAG, registrou a seguinte fala atribuída ao senhor: *“A CONTAG tem em torno de 70 mil famílias acampadas em todo o País, inclusive entregou ao Governo, no Grito da Terra Brasil 2015, uma relação com 600 imóveis rurais para desapropriação”*.

Pergunta formulada: qual é o papel da CONTAG na reforma agrária e até onde vai a sua influência no Poder Executivo Federal?

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Agora sim!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O senhor quer responder, Sr. Aristides, qual é o papel da CONTAG?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Nem uma pergunta simples dessa? *(Pausa.)*



De onde foi retirada a informação de que a CONTAG tem em torno de 70 mil famílias acampadas em todo o País?

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Agora V.Exa. fez boa pergunta!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu sugeriria ao nosso Presidente que imitasse o Presidente do *impeachment* e servisse também, quem sabe, um suquinho de maracujá aos Deputados.

O SR. DEPUTADO MARCON - Se tiver, eu quero. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu vou pedir ao Relator... Relator...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Onde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu vou pedir que o Relator se mantenha na leitura do relatório e dos questionamentos. V.Exa. terá o tempo de 30 minutos para fazer a argumentação fora do texto. E vou pedir para a assistência que ouça sem manifestação, sob pena de mandar evacuar a sala.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Nós também?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O senhor faz parte da assistência, Dr. Beto Faro, ou o senhor está surdo?

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Beto Faro?

(Manifestação no plenário.)

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Beto Faro? Onde está o Beto Faro?

(Não identificado) - Valmir!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É, o Deputado Valmir Assunção.

Deputado Valmir Assunção, V.Exa. está surdo?

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Eu? Eu estou escutando muito bem! V.Exa. é que deveria respeitar os seus colegas!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É Deputado Valmir, rapaz!

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu quero perguntar ao senhor depoente...



O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Deveria respeitar os seus colegas, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço desculpas por ter trocado o seu nome. Eu não imagino que o tenha ofendido só por tê-lo chamado de Beto Faro, Deputado Valmir Assunção, com todo o respeito.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Não, o jeito de V.Exa. é que ofende todos nós aqui!

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu quero perguntar ao depoente onde se encontra esse cadastro dessas famílias. Como V.Exa. não vai responder, mesmo assim, eu peço à assessoria que mande por escrito, quem sabe ele responde. *(Pausa.)*

Onde pode ser encontrada essa relação de 600 imóveis rurais para desapropriação que o senhor disse ter sido entregue pela CONTAG ao Governo Federal? A qual autoridade, precisamente, foi entregue essa relação? À Presidente da República, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário? Como V.Exa. chegou a essas 600 propriedades? Com qual critério, com qual estudo? Qual é o instrumento que a CONTAG tem para conhecer os critérios que essas propriedades preenchem para serem desapropriadas? A forma de atuar da CONTAG não sugere que o Estado brasileiro, ou melhor, o Governo brasileiro está deixando que essa atitude usurpe competências que são próprias de órgãos e entidades estatais no trato das questões relativas à reforma agrária? Não teria que ser o INCRA a ter esse levantamento, em vez de receber as informações de um órgão que representa um setor unilateral?

Quais os critérios adotados para incluir um imóvel nessa relação de 600 imóveis que estabeleceram esses critérios? Tendo em vista a postura da CONTAG, esses imóveis são considerados como prováveis alvos de invasão? Sim, não e por quê? V.Sa. não poderia responder esta pergunta a esta Casa, pelo menos esta?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Sr. Deputado, por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Deve ser muito grave, então, não responder. *(Pausa.)*



Eu vou pedir à Comissão, à assessoria, que passe o vídeo que foi a motivação da convocação do Sr. Aristides a esta Casa.

Eu vou ler rapidamente um trecho aqui. Mas, antes, podem exibir o vídeo. Eu leio o trecho depois e reforço a fala.

Eu gostaria de pedir silêncio a todo o Plenário.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Está sem edição, hem!

(Exibição de vídeo.) (Manifestação no plenário. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se não pudermos ouvir, eu repito a passagem. Volume, por favor!

(Exibição de vídeo.)

O SR. IVANECK PERES ALVES - O vídeo não traz a fala completa dele. Então, houve edição.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Trata-se de um vídeo oficial da NBR, aliás, uma rede sustentada com dinheiro público. *(Manifestação no plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O senhor não terá a palavra. A manifestação...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Se o senhor levantar a mão, o senhor será retirado da sala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O senhor será retirado daqui outra vez. Tem gente que não sabe ficar na reunião como assistente. Vai ficar do lado de fora, se não conseguir isso.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O senhor vai poder fazer o requerimento na forma do Regimento, que o senhor conhece perfeitamente.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não. O senhor não tem voz aqui. Se não *(ininteligível)*, será retirado.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, não, Sr. Presidente. O depoente tem... Quero fazer uma questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu vou acabar as minhas perguntas. Depois V.Exas. façam as questões de ordem que quiserem fazer. Eu só queria,



Deputado Bohn Gass, que houvesse respeito à minha fala, pelo respeito que tenho por V.Exa.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - É claro. Tenho respeito por V.Exa.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Para deixar claro aqui, a leitura...

O SR. DEPUTADO JOÃO MARCELO SOUZA - Sr. Presidente, eu só quero saber se vão passar o vídeo de novo. Nós não ouvimos o que foi dito no vídeo.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Mas é porque vocês gritaram, bateram palmas!

O SR. DEPUTADO JOÃO MARCELO SOUZA - Não, não é “vocês”. Eu não gritei. Amigo, eu sou Centro, eu não sou nem Esquerda nem Direita. Eu quero só ouvir e entender!

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k. Eu vou ler de novo. Então, nós passamos o vídeo novamente.

A fala é: *“E a bancada da bala no Congresso Nacional, vocês sabem que é forte(...)”* Eu não sou da bancada da bala.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu vou repassar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pode ouvir, companheiro?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Continuo:

“E a bancada da bala no Congresso Nacional, vocês sabem que é forte. E a forma de enfrentar a bancada da bala, contra o golpe, é ocupar as propriedades deles ainda lá nas bases, lá no campo. E a CONTAG e os movimentos sociais do campo é que vão fazer isso. Ontem dizíamos na passeata: ‘Vamos ocupar os gabinetes, mas também as fazendas deles, porque, se eles são capazes de incomodar o Ministro do Supremo Tribunal Federal, nós vamos incomodar também as casas, as fazendas e as propriedades deles. Vai ter reforma agrária, vai ter luta e não vai ter golpe! Essa é a razão da convocação’. O exemplo é simples, simples: invadir a casa deles.”



Na minha casa, eu tenho três filhos: uma criança de 8 anos, uma de 9 anos e uma de 10 anos. São três crianças. Eu não uso arma. Eu não tenho propriedade rural, então, vão invadir a minha casa. Portanto, foi, sem dúvida, uma ameaça à minha casa, como foi uma ameaça à casa de cada um daqueles que são a favor do *impeachment*.

Esse debate da fala do depoente — por isso a convocação — não foi um debate sobre reforma agrária, foi um debate sobre o *impeachment*. E ele disse que o golpe é o *impeachment*. Se houver 400 Deputados que votem a favor do *impeachment*, ele está ameaçando os 400 Deputados, independentemente de lado, Deputados que não são da bancada da bala, a maioria deles. Então, o que ele disse é muito grave! É muito grave!

Sr. Aristides, de quem partiu o convite para o senhor, em nome da CONTAG, se fazer presente à cerimônia no Palácio do Planalto no 1º de abril — uma data importante — de 2016, na qual o senhor efetuou tão criminosa declaração? Foi da própria Presidente da República?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A Presidente da República ou a assessoria teve prévio conhecimento das declarações que o senhor fez no Palácio do Planalto?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O senhor confirma que as propriedades rurais e os gabinetes dos integrantes da que o senhor chama de bancada da bala devem ser ocupados? Por que razão?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Quando o senhor disse que a CONTAG e os movimentos sociais do campo irão fazer as ocupações, a quem cabe, na CONTAG, a escolha das propriedades a serem ocupadas e quem sabe a ordem para a execução dessas ocupações?



O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Como são feitas as invasões de terra e como são escolhidas as propriedades a serem ocupadas?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Quais são os Deputados e Senadores que o senhor identifica como integrantes da bancada da bala?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Pode identificar aqueles Parlamentares que o senhor já viu portando ilegalmente arma de fogo, para fazer uma acusação dessa espécie?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O que a CONTAG e o senhor dizem dos integrantes de movimentos sociais com os quais o senhor e sua entidade se identificam, encontrados portando ilegalmente arma de fogo?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - As invasões de propriedade que têm ocorrido após o dia 1º de abril estão obedecendo ao comando da CONTAG?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eis que, coincidência ou não, houve invasão da propriedade do Senador Eunício Oliveira?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O senhor conhece o Sr. José Carlos dos Santos?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O Sr. José Carlos dos Santos foi preso portando 55 mil reais esta semana, num acampamento em Brasília, de sem-terra. Eles fazem parte de acampamentos da CONTAG?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação dos meus advogados, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O senhor poderia dizer de onde é a origem desse dinheiro?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação dos meus advogados, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O senhor poderia dizer qual era a função desse dinheiro?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação dos meus advogados, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu vou ler uma frase, Sr. Presidente:

“Bastou o PMDB deixar o governo para que, na semana passada, o Movimento dos Sem Terra, o MST, invadissem a Fazenda Santa Mônica, do líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira. O Líder é hoje um dos que tentam servir de ponte às alas do partido do Senado cobrando serenidade daqueles mais afoitos.”

O senhor já participou de alguma invasão de propriedade rural ou de órgão público?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação dos meus advogados, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O que dizer do processo que o Sr. Bruno Maranhão, líder da invasão da Câmara em 2006, já falecido, e mais oito pessoas respondem pela invasão da Usina Salgado e por sabotagem?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação dos meus advogados, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Quais movimentos participaram dessa invasão e quem a coordenou?



O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação dos meus advogados, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Qual o seu papel nessa invasão e a qual movimento o senhor estava vinculado nessa ocasião?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação dos meus advogados, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu vou fazer a minha última pergunta, Sr. Presidente.

Sr. Aristides, esses 10 milhões ou 20 milhões — esses números o senhor muda a cada fala, ou a cada ocasião, ou a cada local — autorizaram o senhor, como representante deles, a falar em nome deles, defendendo um partido político? Todos os 10 milhões são filiados ou pelo menos têm simpatia pela Presidente Dilma?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação dos meus advogados, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O senhor acha que pelo menos parte desses 10 milhões não contestam ou estão dentro daqueles 70% ou 80% de brasileiros que contestam o modelo da reforma agrária?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação dos meus advogados, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O senhor tomou conhecimento do relatório do TCU dando conta de que mais de 37 mil mortos estão inscritos como proprietários de terras da reforma agrária?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação dos meus advogados, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - E terras que eles receberam depois de mortos?

Eu vou encerrar as minhas perguntas, Sr. Presidente. Quero lamentar a reação dos meus colegas Deputados que faltaram ao respeito para comigo. As minhas perguntas foram justamente para podermos entender que tipo de pessoa representa o segmento e que pode ameaçar a minha família e a família de todos aqueles que são contra o atual Governo. *(Apupos.)*



Portanto, as minhas perguntas foram pertinentes. Todas! Eu preciso saber do caráter de alguém que está dentro do Palácio do Planalto, ameaçando-me e também ameaçando muitos dos nossos colegas desta Casa. Quem está fazendo a divisão entre nós e eles são muitos que estão aqui.

Esta CPI, mesmo depois do *impeachment*, vai continuar trabalhando e vai continuar investigando o Sr. Aristides Veras dos Santos. Estou falando como Relator aqui, porque ele ameaçou a sociedade brasileira, ameaçou toda a agricultura brasileira, ameaçou os brasileiros como um todo e ameaçou os brasileiros que querem o *impeachment*. Ele usou a sua entidade para ameaçar o Brasil e aqueles que não concordam com a atual Presidente da República.

Era isso, Sr. Presidente. E lamento o silêncio do depoente, ao se esconder atrás de um *habeas corpus* e não ter a mesma coragem que teve no Palácio do Planalto, para gritar e bradar contra o Brasil. Infelizmente, esse instrumento o protegeu hoje, mas não o protegerá para sempre. (*Palmas e apupos.*)

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Acho que uma parte já está superada, que era a possibilidade do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - A questão de ordem é com relação ao acompanhamento do advogado, porque é direito dele que ele tenha acompanhamento do advogado.

A seguinte questão de ordem é no sentido de que nós Deputados votamos a lei. E é a lei que dá o amparo. Seguidamente, em várias CPIs, pessoas são inqueridas e adotam o mesmo procedimento. E, perante a lei, elas precisam ser respeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, isso não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, a questão de ordem é esta: assim como, nas outras CPIs ou atividades, tem-se respeito à pessoa que vem amparada pela lei, é preciso que nós que fizemos a lei também a respeitemos.

Essa é a questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, isso não é questão de ordem. V.Exa. não fez nenhuma questão de ordem e não terá resposta.

Com a palavra a Deputada Tereza Cristina, por favor. S.Exa., como autora do requerimento de convocação, tem 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Sr. Relator. Bom dia, Sr. Aristides, senhor advogado e nobres colegas.

Sr. Aristides, eu, diferentemente do Deputado Nilson Leitão, gostaria de fazer ao senhor algumas perguntas, porque, quando fiz esse requerimento, eu o fiz pensando que o senhor viria aqui para dizer para os brasileiros e para os Deputados desta Casa — quem o senhor ameaçou no Palácio do Planalto — que o senhor se enganou com as palavras, que o senhor não queria dizer bem aquilo. Não é possível que, num país como o nosso, onde a Constituição dá o direito da propriedade, o senhor faça ameaça a pessoas nas suas casas e nas suas propriedades.

Eu pensei que, em virtude do bom relacionamento que tenho com a CONTAG lá no meu Estado, com o próprio Presidente da CONTAG e alguns Diretores, com quem tratamos de assuntos de interesses dos trabalhadores, que o senhor viria aqui hoje para dizer que agiu no ímpeto da paixão.

Eu acho que temos que defender o nosso lado. Eu não sou contra o senhor defender a Presidente da República nem o senhor ser contra o *impeachment*. Eu acho que as pessoas têm que ter lado. Eu sou a favor do *impeachment*. Mas não tenho nada contra os meus caros Deputados aqui do PT. Acho que eles estão certos. Nós temos que ter lado.

Agora, incitar invasão, isso não está certo. Isso não pode acontecer num país democrático como o nosso.

Então, quando eu apresentei o requerimento pensei que nós pudéssemos até aproveitar mais este dia. Em vez de o senhor vir calado, escondido atrás de um *habeas corpus*, o senhor poderia vir aqui falar também de outros assuntos de interesse desta CPI, sobre os assentamentos da CONTAG. Ontem nós recebemos aqui o TCU, que trouxe um vasto material. Eu acho que nós poderíamos debater questões para melhorar a reforma agrária e que o senhor poderia se desculpar com os brasileiros, poderia se desculpar com os meus colegas.



Em vez disso, no sábado passado, eu chego ao meu Estado e recebo uma comunicação do meu irmão: “Tereza, estão montando um monte de barracos aqui na porta da fazenda.” A fazenda não é minha, a fazenda é um condomínio de cinco irmãos. Eu não sou latifundiária. Mas eu trabalho desde os 21 anos. Eu me formei em Agronomia e, quando o meu pai morreu, fui plantar soja no Mato Grosso do Sul, fui pagar imposto. Sou tão trabalhadora quanto qualquer um de vocês aqui! E chego lá e encontro seis barracos e, depois, sei lá mais quantos, para me amedrontarem? Eu não tenho medo! (*Palmas.*)

Eu sou a favor do *impeachment*, sim, porque tenho lado. Posso até estar errada. Mas esse é o meu lado e a minha compreensão hoje. Nós não podemos dividir o Brasil. É isso que nós não podemos fazer.

Então, eu quero dizer que o senhor perdeu uma grande oportunidade de vir aqui e dizer se o senhor pensa mesmo que o correto é invadir propriedades e casas ou se o senhor enganou. O senhor iria fazer um bem para a CONTAG.

Eu respeito a sua instituição. Mas eu não o respeito!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está à disposição do Deputado Valdir Colatto.

Antes que S.Exa. se manifeste, esta Presidência quer deixar muito claro que, pela nossa compreensão como Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, não fazemos nenhuma confusão entre o Sr. Aristides e a CONTAG e os pequenos produtores rurais. Nós conhecemos perfeitamente os pequenos produtores do Rio Grande do Sul e não os titulamos dessa forma. Absolutamente não!

Por favor, Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar o Sr. Aristides Veras e todos os presentes, especialmente o Sr. Alberto Broch, que é o Presidente da CONTAG, que está aqui conosco e é meu amigo, e o Antoninho Rovaris, que é Diretor da CONTAG, é de Santa Catarina e foi o nosso Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina — FETAESC. Nós estamos bastante



afinados com os pequenos agricultores, que defendemos e em nome de quem falamos.

Em Santa Catarina, Sr. Presidente, 89% dos agricultores têm 15 hectares e 95% têm até 50 hectares. Eu sou oriundo da agricultura e esses são os meus eleitores. Muita gente diz que eu aqui represento o grande latifúndio, não sei o quê. Mas eu seria um idiota se fizesse isso, porque meus eleitores estão nessa classe, que eu respeito. Meu pai é um pequeno agricultor e minha mãe é uma pequena agricultora até hoje, de 4 hectares. Nós, os 14 irmãos, nos criamos lá.

Então, eu queria dizer que eu tenho o maior respeito pela CONTAG e pela FETAESC. São nossos amigos dos sindicatos, que não pactuam com o que o Sr. Aristides Veras colocou. E eu também esperava que ele chegasse aqui e, em nome dessa grande entidade que é a CONTAG, pedisse desculpas pelo que falou e dissesse que não tinha autoridade, nem autonomia, nem o aval da CONTAG para falar o que falou. Eu acredito nisso. Está aqui o Presidente Alberto Broch, que conversou comigo antes desta reunião, dizendo que realmente não era esse o pensamento da CONTAG. Então, nós vamos relevar essa questão.

Quero dizer que também entendo que a CONTAG não pactua com essa situação em que 80% dos assentados da reforma agrária no Brasil são oriundos do MST, indicados pelo MST ou por algum grupo que faz parte da CONTAG.

São 3 minutos que tenho, não é, Sr. Presidente? É isso? *(Pausa.)*

Eu só queria perguntar, Sr. Aristides Veras dos Santos, qual é a renda que o senhor tem da sua propriedade agrícola, já que, pelo que vi, parece que ela está em condomínio arrendado por sua família.

O senhor, como Diretor Financeiro da CONTAG, deve ter uma renda realmente expressiva para ter filho na escola, pagando 2.600 reais por mês, para morar num apartamento aqui em Brasília, na área nobre, e ter mais um apartamento em Recife. A renda certamente não veio dessa agricultura familiar, que realmente vive a duras penas para se manter e ter um mínimo de renda, inclusive com a falta do seguro agrícola, já que o Ministério da Agricultura não pagou os nossos produtores de maçã, de trigo e de frutas, porque disse que não tinha dinheiro. Eram só 40 milhões de reais, mas ele disse que não tinha dinheiro.



Para outras coisas tantas, eles têm dinheiro à vontade, inclusive para aliciar as pessoas para votar a favor ou contra o *impeachment* — nós somos a favor, quero deixar claro aqui. E registro que vamos votar e realmente mudar esse quadro.

Eu tenho certeza de que o pensamento da CONTAG é um pensamento de produtor rural, daquele que produz e trabalha, daquele que tem calo na mão, não daquele que tem calo no pé por andar invadindo fazendas pelo Brasil afora, como os sem-terra que estão por aí.

Então, na verdade, Sr. Presidente, nós queríamos ouvir as palavras desse agricultor Aristides Veras dos Santos, também certamente sem calos nas mãos.

Mas não posso entender como alguém reivindica que o advogado, representando o depoente, possa falar, se o depoente conseguiu um *habeas corpus* do nosso Ministro Marco Aurélio, famoso, que está tomando umas decisões bastante complicadas nesse processo e acaba concedendo *habeas corpus* para alguém que viesse aqui pudesse não falar.

Sr. Aristides, a coragem que o senhor teve lá, gritando como nós vimos ali, faltou-lhe aqui infelizmente. É por isso que eu deixo aqui registrada a minha insatisfação e a minha frustração por não ouvi-lo dizer aqui: “*Olha, realmente eu fiz isso*”.

Sr. Presidente, para encerrar, se ele tivesse repetido aqui as palavras que falou lá no Palácio, eu ia pedir a V.Exa. que prendesse esse cidadão, porque realmente era o que tinha que se fazer. (*Palmas e apupos.*)

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não. Não há concessão de palavra pela ordem nas Comissões, somente para questão de ordem ou depois de todos os inscritos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Quantos estão inscritos para falar ainda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Dezoito.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu vou aguardar, porque quero dar um recado para esse rapaz que veio aqui para ficar calado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada Tereza Cristina, por favor...

O SR. DEPUTADO MARCON - V.Exa. tinha que ter chegado antes. Tomou café atrasado, por isso não se inscreveu. Tem que se inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Marcon...

O SR. DEPUTADO MARCON - Não. Só se pode falar aqui pela Liderança ou quem se inscreveu. O restante não pode.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Isso é a sua vontade, Deputado?

O SR. DEPUTADO MARCON - É o Regimento Interno. Quem chegou atrasado bebe água.

O SR. DEPUTADO ELIZEU DIONIZIO - O Regimento Interno fala que todo Parlamentar pode falar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Deputado Marcon, depois de todos falarem, eu posso falar, sim. Se V.Exa. está aqui para defender bandido, eu não estou. Eu vou falar, sim. *(Palmas e apupos.)* Tenha a certeza disso, porque covarde e bandido como este aí tem que ouvir o que nós vamos falar. Se ele quer ficar calado, ele vai ouvir.

(Tumulto no plenário.)

O SR. IVANECK PEREZ ALVES - Sr. Presidente, se continuarem essas ofensas, nós vamos nos retirar. Têm que nos tratar com respeito. Ele é Parlamentar, mas isso não dá direito a ele de nos xingar — art. 4º do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal, eu vou pedir o seguinte: embora nós tenhamos nossas vontades pessoais, é preciso, como Parlamentares, medir os termos.

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Delegado, isso não contribui em nada.

O SR. IVANECK PEREZ ALVES - O respeito ao depoente está no art. 4º do Regimento da Câmara.

(Tumulto no plenário.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Olhem aqui, pessoal! Delegado, por favor! Srs. Deputados, Srs. Deputados! Por favor, Deputado!

O SR. IVANECK PEREZ ALVES - Se ele falar mais uma vez, nós vamos nos retirar — art. 4º do Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Srs. Deputados, nós não vamos conseguir o objetivo desta oitiva caso os Parlamentares puderem se expressar de acordo com as suas vontades, fazendo interferência antirregimental. Isso não contribui com o debate.

Portanto, eu vou conceder a palavra à Deputada Tereza Cristina, que agora fala como inscrita, não como autora. S.Exa. tem 3 minutos para a sua fala.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Sr. Aristides, o senhor tem algum ganho pela sua participação no Banco Nacional da Agricultura Familiar, do qual o senhor é Diretor?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - O Banco Nacional da Agricultura Familiar é uma instituição bancária autorizada a operar no Sistema Financeiro Nacional e supervisionada pelo Banco Central do Brasil.

Eu gostaria que o senhor me explicasse: embora o Banco Central do Brasil entenda que, para empresas não integrantes do Sistema Financeiro não há restrição legal ou regulamentar ao uso da palavra “banco”, por que a Fundação Lyndolpho Silva adotou o nome fantasia de Banco Nacional da Agricultura Familiar?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - É uma fundação ou é um banco? Quais as atividades bancárias que a Fundação promove?

Quando se vai ao quadro dos atuais e dos antigos Diretores da Fundação Lyndolpho Silva — ou Banco Nacional da Agricultura Familiar —, é possível verificar que quase todos, talvez até todos, fizeram ou fazem parte da Direção da CONTAG. Qual é a relação entre as duas entidades?

Essas eram as perguntas que, infelizmente, o senhor poderia nos esclarecer, mas ficarão sem resposta.



Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o que a lei protege, por meio do *habeas corpus*, é o direito a não autoincriminação. Ninguém pode vir aqui e ser compelido a se manifestar de maneira que lhe seja prejudicial.

Agora, há um dispositivo no Código de Processo Penal que diz o seguinte:

“Art. 206. A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor.”

Então, nós precisamos fazer essa distinção muito clara para a pessoa que aqui está presente. Uma CPI tem poderes judiciais — isto está na Constituição. A CPI se reveste dos mesmos direitos de um juiz. Imaginem se todas as testemunhas que comparecerem a juízo chegarem lá e disserem: *“Eu tenho o direito de ficar em silêncio.”*

Volto a dizer o que está escrito no Código de Processo Penal:

“Art. 206. A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor.”

Então, isso vai constar dos autos. E poderá ser responsabilizada a pessoa que comparece aqui, se não responder a questões que não lhe digam respeito.

Eu vou fazer algumas perguntas que dizem respeito à instituição em que o depoente atua, e não ao motivo pelo qual ele aqui se faz presente.

Há uma matéria no *blog* — eu suponho, no *site* da CONTAG —, que diz o seguinte: *“Presidente Dilma assina 21 decretos para fins de reforma agrária.”* Isso foi publicado no *site* da CONTAG, que registrou a seguinte afirmação:

“A CONTAG tem em torno de 70 mil famílias acampadas em todo o País, inclusive entregou ao governo, no Grito da Terra Brasil 2015, uma relação com 600 imóveis rurais para desapropriação.”

Como é que foram escolhidos esses 600 imóveis rurais que são postos como disponíveis para desapropriação? Qual foi o papel da CONTAG na identificação desses imóveis?



O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - De acordo com a orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - E vai responder em juízo por isso.

Nós recebemos — já foi feita a referência aqui — uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União, em que se afirma que entidades interferem e indicam as pessoas a serem beneficiadas. A CONTAG alguma vez fez alguma relação, participou da confecção do rol de pessoas que seriam beneficiadas com imóveis rurais, através da reforma agrária?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Nessa matéria “*Presidente Dilma assina 21 decretos para fins de reforma agrária*”, publicada no site da CONTAG, consta:

“(...) a presidenta assinou 21 decretos de interesse social para fins de reforma agrária, envolvendo 12 estados, e 4 destinadas para os quilombolas. Dessas 21 áreas para o assentamento de famílias rurais sem terra, oito são da cota da CONTAG.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - A pergunta é: como foi estabelecida e por quem foi estabelecida essa cota da CONTAG?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - V.Sa. tem ciência de uma ação que está tramitando na 16ª Vara do Trabalho de Brasília, em relação às contribuições sindicais, em que se questiona a CONTAG?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, V.Exa. tem o tempo para a conclusão, por favor

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Estou concluindo, Sr. Presidente.



Só quero lamentar e dizer que realmente eu acho que essa CPI deve, sim, representar em juízo contra o Sr. Aristides, por descumprir uma norma que diz que toda pessoa que tenha conhecimento de fatos e que se nós provarmos...

Eu até vou fazer um requerimento nesse sentido, para que sejam requisitadas da CONTAG e do Governo essas relações, para que nós identifiquemos sua origem. E daí, sim, se houver uma vinculação do depoente, ele deverá ser responsabilizado, porque se recusou a depor aqui neste ambiente, em que eu, pelo menos, só fiz questões relativas à CONTAG.

Tenho só uma última pergunta — e aí já é pessoal: V.Sa. está filiado a algum partido político?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Adilton Sachetti, para sua manifestação, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - Cumprimento o Sr. Presidente, o Sr. Relator, os demais colegas Deputados e o Sr. Aristides.

Sr. Aristides, o senhor, assim como eu, tem cabelos brancos. Mas eu quero dizer que eu fiquei chocado com as palavras que o senhor proferiu lá no Palácio, dizendo que iria invadir as nossas casas.

Eu nunca tive nem nunca fiz uso de arma. Eu não faço parte de nenhuma entidade ligada ao setor da bala. Mas eu sou proprietário rural, eu sou produtor rural e a minha vida toda eu trabalhei a terra. Mas, da noite para o dia, porque eu tenho uma posição política, eu sou requisitado a me colocar na defensiva por causa de uma ameaça que eu acredito que o senhor fez no afã da palavra — eu quero crer nisso.

Também o Deputado Marcon, há pouco, dizia que achava que o senhor viria aqui pedir desculpas para o Brasil e pedir desculpas para todos nós, porque isso foi dito num momento de entusiasmo — e, num momento de entusiasmo, muitas vezes nós erramos na colocação das palavras. Assim, nós poderíamos tirar esse clima tenso que nós estamos vivendo.



Mas, pelo contrário, essa sua postura eleva mais ainda essa fervura, não constrói um Brasil melhor. Nós temos a obrigação de respeitar pessoas que nem a Deputada Teresa, que, emocionada, fala do drama que está vivendo. E ela, assim como eu, simplesmente é brasileira e não pode ser penalizada por ser brasileira.

As leis estão aí. Nós temos regras para seguir. Nós fizemos a nossa parte como sociedade e não podemos ser ameaçados por alguém que se acovarda atrás de uma entidade, para poder ameaçar os outros. Isso não é justo. Isso não é coisa de gente séria. Isso não é coisa de um país honesto.

Nós não podemos ameaçar as pessoas. Nós temos que ter respeito com as pessoas. Nós podemos divergir, sim, nas ideias, podemos ter posição diferente e, muitas vezes, temos que ser firmes naquilo que defendemos. Mas não precisamos ameaçar ninguém.

Eu não tenho mais filhos morando comigo, mas tenho meus netos lá. Não sei o que eu faria se visse alguém invadindo a minha casa, como o senhor ameaçou, a minha propriedade, como o senhor ameaçou. Eu não sei que atitude tomaria.

Não é dessa forma que nós vamos fazer reforma agrária neste País, não é dessa forma, criando uma distância entre irmãos brasileiros que somos. Não é assim que se constrói um país justo, não é assim que nós vamos melhorar a vida das pessoas.

Eu gostaria, sim, de repetir uma pergunta que foi feita aqui — e queria que o senhor tivesse a grandeza de nos responder: o senhor é filiado a algum partido político?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS - Por orientação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Satisfeito, Deputado?
(Pausa.)

Com a palavra o Deputado Eduardo Bolsonaro, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, eu, como alguns colegas aqui, também achava que esta poderia ser uma excelente oportunidade para o Sr. Aristides pedir desculpas. Mas, pelo visto, como quem cala consente, ele de fato deve estar engajado para invadir os gabinetes dos Deputados, não só os da bancada da bala, mas de todos aqueles também ditos “golpistas”,



como eles os intitulam, que vão votar a favor do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Eles devem estar preocupados com a sua boquinha, porque ela vai secar.

Sr. Presidente, eu coloquei no meu Instagram que viria aqui e deixei o espaço aberto para algumas perguntas. E realmente alguns internautas fizeram indagações. Por exemplo, o Bruno Navarro perguntou: “O que o senhor acha da ideia do Deputado Jair Bolsonaro de liberar fuzis 762 para fazendeiros?” Ou, então, o David Silveira: “Por que, após 13 anos do Governo do PT, a reforma agrária não foi feita e o MST apenas arregimentou mais componentes?”

Eu complemento com algumas perguntas ao Sr. Aristides. É verdade, como o Lula disse, que o MST é o exército do PT? O senhor tem alguma informação com relação a isso? Os senhores realmente acham que podem fazer frente ao monopólio constitucional da força concedido ao Exército de Caxias, que é o Exército brasileiro?

E registro aqui, Sr. Presidente, que eu fico muito triste em ver esse tipo de atitude, que me lembra do tempo em que eu estava na ativa da Polícia. É exatamente do mesmo jeito: o vagabundo, quando está no meio dele, está com aquela claque comprada, lá no Palácio do Planalto, ele fala o que ele quiser, é o valentão, é o maioral; chega aqui em frente de nós, olha até para baixo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Pode reclamar, seu advogado! Eu falei alguma mentira? Isto é conduta de covarde: não tem um pingão de vergonha na cara e fica aí engolindo seco.

Fala aí agora a verdade, Sr. Aristides! O senhor não acha que tem que invadir ou não os gabinetes dos Deputados da bancada da bala? É uma pergunta!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Foi ele que falou. Não fui eu que falei, foi ele que falou.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ELIZEU DIONIZIO - Sr. Presidente, o Parlamentar tem direito à fala.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Senhor advogado, o senhor...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. DEPUTADO ELIZEU DIONIZIO - Sr. Presidente, o Parlamentar tem direito à fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu quero que se assegure o tempo do Parlamentar.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - É preciso que ele fale dentro do regramento. Não pode haver ofensa, aqui, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Mas eu não estou fazendo ofensa nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Parlamentar tem 1 minuto para a conclusão da sua fala. Pode falar, Deputado Eduardo Bolsonaro. Não tem problema.

O SR. IVANECK PEREZ ALVES - Sem ofender!

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sem ofender? Mas, segundo o Dicionário Aurélio, atitude covarde é isso. Não existe outra definição.

Complementando aqui, Sr. Presidente, quero saber se o Sr. Aristides entende que é justo falar que nós Parlamentares, não só da bancada da bala, mas outros que são contrários ao Governo Dilma, somos os responsáveis por se fazerem propagações de crime de ódio, ou se são os senhores que o fazem num momento destes, incitando a violência contra nós aqui, que nada falamos com relação à CONTAG. Eu quero deixar claro aqui: as minhas indagações são para o Sr. Aristides.

Eu gostaria que parte do meu tempo fosse concedida...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Peço um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O tempo já foi repostado. Está lá.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - ...ao Deputado Delegado Éder Mauro. Porém, regimentalmente o Presidente me informou que isso não é possível.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ah!

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Qual é o problema, Deputada Érika? Está com medo de quê?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputado Delegado Éder Mauro, a palavra não está à sua disposição.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor não está aqui associado a grupo armado, a grupo de extermínio, não!

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - A senhora está com medo de quê?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor está no Parlamento. E me respeite! Me respeite! Me respeite! *(Palmas e apupos.)*

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Eu complemento...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu não estou te desrespeitando. Quem é você para pedir respeito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Só um pouquinho.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

(O Sr. Presidente faz soarem as campanhas.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

(Tumulto no plenário.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o artigo, Deputado?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - São os arts. 3º e 4º do Código de Ética.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ELIZEU DIONIZIO - Sr. Presidente, o advogado tem que ficar quietinho aqui e falar com o patrão dele.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Ele não pode falar com o Parlamentar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, advogado não tem que se meter!

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - O senhor não é Parlamentar!

O SR. DEPUTADO ELIZEU DIONIZIO - O advogado tem que falar com o cliente dele e respeitar o Parlamentar.



O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Ele não pode falar com Parlamentar aqui, não. Ele não é Parlamentar, ele é o advogado do Sr. Aristides.

O SR. DEPUTADO ELIZEU DIONIZIO - O advogado não pode falar. Se ele quiser tomar qualquer atitude, pode; falar ele não pode.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - E o Deputado tem que falar seguindo a hora no Regimento.

O SR. DEPUTADO ELIZEU DIONIZIO - O advogado tem que ficar quietinho nesta Casa.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal, pessoal, pessoal! Não, não, não! Calma!

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O Deputado tem que falar seguindo a hora no Regimento.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu quero que esse valentão invada a minha casa! Eu quero que ele vá invadir a minha casa!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, o Deputado Delegado está sem condições de permanecer no debate seguindo a urbanidade. O Deputado Delegado tem que se retirar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - O senhor fale com o seu cliente, não conosco. O senhor fale com ele.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, está sendo desrespeitado o Regimento.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - O senhor respeite aqui! O senhor fale com o seu cliente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal, pessoal, por favor!

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, está sendo desrespeitado o Regimento. O Deputado está falando fora da ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu gostaria... Eu gostaria... Eu gostaria...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, eu preciso ler, porque está havendo reincidência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal, pessoal, eu não...
(*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal, pessoal, só um pouquinho! Delegado Éder Mauro, por favor, V.Exa. não está contribuindo. Eu não posso me responsabilizar, como Presidente desta Comissão, pelo que é dito fora do microfone. Mas eu gostaria de continuar ouvindo as pessoas. Eu acho que é possível fazermos isso de maneira civilizada.

Portanto, eu quero que o Deputado Eduardo Bolsonaro conclua a sua explanação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, só peço que recomponha os 30 segundos que faltavam.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, eu fiz uma questão de ordem. V.Exa. quer que eu leia a questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não se pode proferir questão de ordem enquanto o colega está se expressando. Logo depois V.Exa. fará a questão de ordem. Eu vou ter que repor o tempo. V.Exas. sabem disso perfeitamente, V.Exas. conhecem o Regimento.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Não, tudo bem. Eu conheço o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Então, por favor!

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, eu encerro aqui rapidamente, endossando as palavras do Deputado Delegado Éder Mauro como se fossem minhas.

E faço aqui uma última indagação ao Sr. Aristides, enviada pelo internauta Marcos Brughnara: *“O senhor gostaria de sair da sua casa e retornar para ela encontrando outra pessoa ali naquele local, morando com a sua família? O que o senhor prega para os outros é bom só para os outros, ou o senhor acha que tem que ser bom para si próprio também?”*

Eu sei que o senhor tem um *habeas corpus* preventivo para não poder falar. Mas o senhor perde uma excelente oportunidade. E, como eu acabei de falar, é uma pessoa covarde, segundo o Dicionário Aurélio, que não tem um pingão de vergonha



na cara ao falar o que bem quiser no Palácio do Planalto e, ao chegar aqui, em frente das pessoas destinatárias da sua fala, fazer essa cara de paisagem.

Então, o senhor não passa de mais um dos fanfarrões dos quais se cerca a Presidente Dilma Rousseff. Como o senhor, também houve o Sr. Vagner Freitas, da CUT, entre outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Está concluída a minha fala, Sr. Presidente. Muito obrigado pela concessão da palavra.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, qual é a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - A questão de ordem está fundamentada no art. 3º, inciso VII; e no art. 4º, inciso I, ambos do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, também na Lei nº 1.579, de março de 1952, e, subsidiariamente, no Código de Processo Penal.

O art. 3º e o art. 4º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados estatuem o seguinte:

“Art. 3º São deveres fundamentais do Deputado:

(...)

VII - tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento; (...)

Art. 4º Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato:

I - abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 55, § 1º) (...)”



O que foi feito de forma recorrente aqui, em vários momentos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, qual a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - A questão de ordem é esta mesma que está aqui: falta de respeito ao cidadão que está vindo falar nesta CPI. E, portanto, o que peço é que o depoente aqui hoje, pelo desrespeito que está havendo com a sua pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Essa não é a questão de ordem, pois V.Exa. está querendo orientar o Parlamentar. Conclua sua questão de ordem, que eu respondo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Ele pode se retirar, porque ninguém tem o direito de trazê-lo aqui para ficar desrespeitando-o da forma como está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não terá o tempo para a contradita.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Represente, Deputado! Isso não é questão de ordem. O senhor tem que representar. Represente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu gostaria de passar a palavra por 3 minutos...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Delegado, por favor, por favor! Não faça isso, meu irmão! Nós estamos querendo fazer uma... Espere, tenha calma! Tenha calma!

Todos terão tempo para falar depois dos inscritos, na ordem. Sempre foi assim. Eu posso não gostar do que os outros dizem, mas o Regimento é o Regimento. E é para todos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu recolho a questão de ordem apresentada e a responderei oportunamente.

A palavra está à disposição do Deputado Jair Bolsonaro por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Prezado Deputado Nilson Leitão, Sr. Presidente, meus companheiros, a gravidade das palavras do Sr. Aristides vai à



potência máxima a partir do momento em que ele estava dentro do Palácio do Planalto, ao lado da Sra. Presidente da República — ela coonestando, então, um crime.

Povo brasileiro, por isso desarmaram vocês, para que fosse facilitada a invasão não só de propriedades rurais, bem como urbanas. E, mais ainda, eu entendo aqui que a Sra. Presidente, ao concordar com o Sr. Aristides, infringiu o inciso IV do art. 85 da Constituição. Por quê? Lá está escrito que é crime de responsabilidade atentar contra a segurança interna do País.

Mais ainda: o Cel. Adilson, ex-Comandante da nossa Força Nacional de Segurança, pediu demissão. E, no *e-mail* dele, vazado, ele foi bem claro ao dizer que estava saindo porque o Governo não tem escrúpulos — aí incluída a Sra. Dilma Rousseff. E vocês não vão punir o Cel. Adilson disciplinarmente, porque, caso façam isso, ele vem explicar o que é escrúpulo aqui e ficaria bastante difícil a situação de vocês.

Agora, o recado que quero dar a todos no Brasil é este: proprietários urbanos e rurais, a Emenda Constitucional nº 81 relativiza a propriedade privada, ou seja, vocês pensam que têm propriedade privada hoje em dia depois dessa emenda constitucional. Segundo a Emenda Constitucional nº 81, é punido com expropriação do imóvel urbano ou rural aquele que pratica o trabalho escravo. Não estou defendendo o trabalho escravo, mas muitos juristas — assistimos constantemente ao aparelhamento de parte do Judiciário — entendem que o trabalho análogo à escravidão é escravo também.

E aí, Deputado Nilson Leitão, segundo a OIT, são 152 situações em que o proprietário rural ou urbano pode ser enquadrado como aquele que pratica o trabalho escravo. A propriedade privada no Brasil, repito, quer seja rural, quer seja urbana, está relativizada.

Deputado Nilson Leitão, defendo que todo cidadão brasileiro possa ter uma arma dentro de casa. Desculpem-me — refiro-me a V.Exa. ou alguém que falou agora há pouco aqui —, mas você poderá sair de casa e, ao voltar, encontrar outra pessoa com a sua família. Essas pessoas não vão apenas invadir a sua propriedade privada, vão abusar da sua família. Com toda certeza, elas vão cometer todo e qualquer tipo de atrocidade contra a sua família.



Sr. Aristides, aqui não é questão de mostrar quem é mais ou menos macho. Por favor, não vá à minha casa. E não mande os seus cupinchas irem lá. Se quiser ir, vá V.Exa., porque nós nos encontramos lá sem problema nenhum.

Em defesa da minha família, eu faço qualquer coisa — muito mais do que V.Sa. possa imaginar.

Sr. Presidente, termino por aqui. A questão é grave. O que está acontecendo no Brasil, assim como o que vai acontecer por esses dias — se Deus quiser! —, nos fará vitoriosos. Mas eles não vão entregar esse osso de graça. Eles estão o tempo todo ameaçando ir à luta. É a mesma coisa que está acontecendo hoje em dia. São centenas de milhares de pessoas que não respeitam a propriedade privada, exatamente porque nunca trabalharam. É a mesma coisa que alguém chegar para um carrapato ou para um berne numa vaca e dizer: “*Sai daí, porque você agora vai ser vegetariano*”. Ele não vai sair! E esses bernes, esses carrapatos, materializados na pessoa de V.Exa., bem como os que o acompanham, estão nessa situação.

O SR. IVANECK PEREZ ALVES - Excelência, já esgotou o tempo...

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ELIZEU DIONIZIO - Sr. Presidente, advogado tem que ficar quieto aqui.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - A questão de ordem está colocada aí, Sr. Presidente! A questão de ordem que está aí!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não. Os senhores estão fazendo confusão. Regimentalmente, o advogado tem a prerrogativa de usar a palavra, para o instituto da advocacia, em defesa do cliente dele, ou com palavras ou por escrito. *(Palmas.)*

Nós vamos fazer esta audiência. Ela tem argumentações antagônicas frontais. E é normal que haja excesso daqui ou dali. Vamos mediar isso e concluir. É do jogo, é do jogo. É assim que vai acontecer.

Estão me cobrando para que o Deputado não faça isso. Querem que eu faça o quê? Que eu vá lá e ponha a mão na garganta dele? Eu não tenho como fazer isso.



Deputado Marcon, V.Exa. tem a palavra por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCON - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar os Parlamentares, saudar o meu companheiro Aristides, que faz parte da luta em defesa dos pequenos, dos pobres, daqueles que mais precisam. *(Palmas.)*

Aristides, estou muito orgulhoso, porque tu vens da mesma luta da qual eu vim, que é da Pastoral da Juventude, organizando jovens no meio rural para permanecerem na terra e não disputarem emprego com aqueles da cidade.

Em segundo lugar, quero saudar todos os dirigentes, em nome do Albertinho Broch, meu conterrâneo do Rio Grande do Sul. E agradeço à CONTAG pelo trabalho feito nesses maiores rincões do Brasil, com dedicação, com seriedade, com honestidade, sendo movimento sindical. Eu acho que isso é o que faz com que as lideranças da CONTAG possam entrar em qualquer repartição pública.

Eu falei aqui para o meu colega ao lado, por quem tenho o maior respeito e carinho, que a pessoa, qualquer cidadão, inclusive comigo já aconteceu — e não vou falar de você, mas de mim mesmo — , quando a pessoa tem um público empolgado, muitas vezes se empolga e fala. Mas isso não é crime.

Tu falaste que ia ocupar as casas. Enquanto tu falavas, lá no Paraná mataram dois sem-terra. Mataram o Leonir e o Vilmar, dois pais de família, dois pais de família... Então, nós falamos; e os outros executam.

Eu vejo que essa parafernália que estão fazendo aqui é mais direcionada a uma disputa política e ideológica do que a realmente para ajudar o Brasil. Eu vejo isso.

A mesma coisa aconteceu ontem no Tribunal de Contas da União: se são os usineiros, eles pegam bilhões, e ninguém fala. Aí, quando um pequeno agricultor ou um sem-terra recebe tostão, estão falando.

Outra coisa o Tribunal de Contas questionou. Mas daí veio ao lugar errado, veio aqui à Câmara falar dos falecidos; ele tinha que ir ao cemitério ver por que os falecidos não estão em cima dos seus lotes: 36 mil assentados mortos por várias questões, muitos deles mortos pelos jagunços e pistoleiros dos fazendeiros, muitos deles morreram disso.



E, quando acham alguns que estão irregulares, alguns vêm trazer os números a esta CPI, para fazer um festival de discursos.

Então, quero aqui te agradecer. Eu sei o que é isso, as humilhações pelas quais tu estás passando. Mas eu quero agradecer-te o papel importante que a CONTAG e todos os seus dirigentes têm para a agricultura familiar, para os trabalhadores do campo, sempre defendendo os pequenos e os pobres.

Meus parabéns pelo trabalho que a CONTAG está fazendo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o nobre Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, quero saudar o Alberto Broch. Tenho certeza de que o Broch e o Rovaris, assim como o Presidente da FETAG do Rio Grande do Sul, a quem conheço, não pactuam com isso. Isso é uma ala dentro da CONTAG que está fazendo o que o Sr. Aristides veio fazer aqui hoje.

Darei um recado ao Aristides e um recado à ala dentro da CONTAG que tem esse posicionamento — o recado vale para a CUT Rural, vale para a FETRAF, vale para o MBA, vale para todos os movimentos que estão tentando ameaçar invadir as propriedades, fazer aquilo que o Lula pregou no dia 24 de fevereiro. Lula disse que iria usar o exército do MST, junto com o Sr. Stédile.

Tentem invadir as propriedades, tentem fazer os abusos que vocês estão fazendo, como fizeram ontem lá no Colégio Agrícola, no Município de Carazinho, junto com os índios — índios, quilombolas, sem-terra ou essa ala da CONTAG que eu não respeito. Respeito um caboclo como o Anselmo, que foi Deputado, colega nosso aqui, que fazia um belo trabalho como Deputado e hoje é Presidente da Federação de Agricultura de Rondônia. Assim eu respeito. Entretanto, jamais vou respeitar V.Sa.

E aviso a vocês: tentem fazer isso com o único setor que está dando certo neste País. A baderna e a bagunça são típicas de quem fala tais coisas na frente da Presidente da República, na frente do Ministro da Justiça e na frente da Ministra da Agricultura, que deveria defender os produtores rurais.



Deputado Nilson Leitão, nós aqui defendemos os verdadeiros produtores rurais. Porém, bandidos que invadem e assaltam propriedades, como o MST faz — o MST faz isso, é useiro e vezeiro em fazer isso aí —, não podem assim continuar!

Deve-se ter respeito por aqueles que trabalham, por aqueles que estão dando o sustento à Nação brasileira — e os que sustentam o Brasil não são esses baderneiros dessa parte da CONTAG, não são esses baderneiros do MST e a sua tropa.

Venham vocês, que nós vamos enfrentá-los. E nós vamos derrotá-los agora no domingo. Vocês vão ver o que é bom para tosse. E depois eu quero que vocês façam essas invasões, façam ameaças. A partir de segunda-feira, vocês vão ver o que deve acontecer com vocês. *(Palmas.) (Risos.)*

Nós não vamos ficar calados! Esse é o ponto! Vocês têm que ter respeito por quem trabalha, não por quem invade terra.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - V.Exa. está ameaçando, Deputado? Não é a primeira vez que V.Exa. ameaça, não.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não estou ameaçando ninguém. Quem ameaçou foi o Aristides.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Não é a primeira vez que V.Exa. ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Valmir Assunção, eu reponho o tempo do Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Pode repor o tempo para ele ameaçar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Reponha o tempo, por favor, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Vocês têm que ter respeito, e não têm respeito. Há muito tempo nós combatemos as invasões de propriedade. Eu faço esse bom combate desde o tempo do Zé Rainha. Onde está o Zé Rainha? Hoje não falam mais dele. Ontem era o líder de vocês. Agora que ele está preso, ameaçado, hoje não vale mais nada para vocês.



Então, vocês têm que fazer isso. Tenham respeito com quem trabalha, tenham respeito com aqueles que estão produzindo a riqueza deste País e que botam comida na mesa de todo mundo.

Portanto, esse é o recado. Eu quero que vocês façam essa ameaça para verem o que vai acontecer. Nós não vamos ficar calados e de braços cruzados diante das questões indígenas ou quilombolas, diante do MST ou de quem quer que seja. Respeitem os produtores rurais brasileiros!

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Muito bem, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Heitor Schuch, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Alceu Moreira, e os colegas Parlamentares; quero saudar aqui também o Alberto Broch, nosso conterrâneo do Rio Grande do Sul, Presidente da CONTAG, e toda a sua diretoria.

Sr. Presidente, eu confesso que tenho evitado participar da CPI da FUNAI e do INCRA, porque eu acho que este nível de debate não vai nos levar a lugar algum. Mas hoje eu vim aqui por dever de ofício, em respeito à CONTAG e à sua história. Eu tenho 28 anos de movimento sindical lá no Rio Grande do Sul, na FETAG gaúcha, que presidi. Nós sempre trabalhamos na construção dessas políticas públicas.

Eu quero dizer aqui, Deputado Alceu Moreira, que eu admiro V.Exa. por ter dito aqui que nós precisamos separar bem as coisas, assim como a Deputada Tereza Cristina também falou aqui, com toda sabedoria, e o Deputado Adilton Sachetti, com toda sobriedade, sobre esse entendimento que nós temos que ter.

Agora, Deputado Nilson Leitão, V.Exa. me desculpe, pois eu respeito V.Exa., mas V.Exa. prestou aqui, na sua introdução, um desserviço à CPI. Quer saber com que carro o cidadão anda, onde o filho estuda... O que isso tem a ver com o assunto? Absolutamente nada a ver com o objeto desta CPI. E é por essas coisas que nós aqui nesta Casa, às vezes, temos uma avaliação tão ruim do povo brasileiro nas pesquisas de opinião pública.

Eu quero dizer que V.Exa. tem que mudar o seu procedimento com relação a essa questão, para que esta CPI tenha crédito, tenha o respeito dos brasileiros e



possa chegar a encaminhar coisas importantes e concretas para fazer o que tem que ser feito no Brasil em política pública de crédito fundiário, de reforma agrária, de planos de PRONAF e de outras tantas coisas mais que têm a ver com o campo brasileiro.

O Brasil tem lugar para os pequenos, para os médios, para os grandes, tem lugar para a agroindústria, tem lugar para a agricultura familiar. E eu quero, de forma muito sucinta, dizer que eu estou envergonhado com o que eu estou assistindo aqui e estou constrangido com tudo isso. Nós estamos baixando mais uns pontos em nossa popularidade diante do povo brasileiro com este nível de debate que desvirtua por completo os objetivos da Comissão.

Eu fico me perguntando: qual é o crime que foi feito? Nenhum. Uma frase infeliz? O.k., foi inoportuna, talvez no lugar errado. Eu concordo...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - É brincadeira... (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Mas eu pergunto aos senhores aqui: quem é que já não se empolgou? Quem é que já não se emocionou e falou alguma coisa que depois...

O SR. DEPUTADO ELIZEU DIONIZIO - Para ameaçar, nunca.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Eu poderia...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Assegura a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu queria assegurar a palavra e pedir aos Srs. Parlamentares que desligassem os seus microfones após utilizá-los.

Concedo a palavra ao Deputado Heitor Schuch.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Sr. Presidente, quem de nós já não falou alguma coisa na emoção, na empolgação, e depois disse: "*Poxa, eu não precisava ter dito aquilo.*"?

Então, eu acho que foi isso que aconteceu. E a Deputada Tereza Cristina foi muito feliz na sua fala.

Eu queria concluir, dizendo o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. terá o tempo repostado, porque houve interferência.



O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Eu queria dizer, para concluir, que eu, nestes meus 28 anos de movimento sindical, vi o exemplo do companheiro Alberto Broch, quando ele foi eleito Diretor da CONTAG. Imaginem um colono lá do interior, do Espumoso, hoje Município de Alto Alegre, ter que vir a Brasília para assumir um cargo. Com que estrutura? Vai morar onde? Vai morar embaixo da ponte? Não, a CONTAG tem um lugar para os seus diretores morarem. (*Palmas.*) Isso é digno. Isso é oportuno. Assim deve ser na CNA e deve ser em todas as outras federações e confederações deste Brasil.

Portanto, eu queria ser testemunha da mudança que nós fizemos, das coisas que o Sr. Alberto trouxe de lá para cá em meia dúzia de caixas de papelão, num fundo de um ônibus, quando viemos aqui numa Marcha das Margaridas ou no Grito da Terra Brasil — não me lembro exatamente qual foi.

Então, eu acho que o que aqui estão fazendo é uma tempestade em copo d'água. E eu queria pedir, pelo amor do movimento sindical brasileiro, dos nossos irmãos que colocam comida na mesa do povo brasileiro, o seguinte: vamos pacificar um pouco, vamos trabalhar as coisas mais com a razão e menos com emoção, com menos agressões mútuas. Nós temos que fazer este País produzir, gerar emprego, gerar renda. E que as pessoas de bem possam, efetivamente, continuar a construir este País.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Nilson Leitão, por 1 minuto, para a resposta, porque foi citado com críticas.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu quero, com toda tranquilidade e respeito ao Deputado Heitor Schuch — que, lógico, tem lado, que é o do segmento sindical, e vem aqui, claro, já com a defesa pronta do depoente —, dizer, de forma muito tranquila, que a minha fala é pertinente, é legal, é legítima, está amparada pelo Regimento e pela Constituição.

Na posição de Relator, eu falei exatamente para poder descrever o depoente, que não quis responder. Ele tinha todo o direito de se defender de tudo o que eu perguntei; ele não quis, ele se guardou atrás de um *habeas corpus*.



Mas também quero deixar bem claro que, nas minhas redes sociais, no meu Twitter, eu venho recebendo ameaças desse nível, igual ao que foi feito no Palácio do Planalto, no mesmo caminho, pelo menos todos os dias, pelo menos todos os dias... *“Cuidado com a sua vida”*. Recebo ameaças de morte, que, aliás, estão sendo investigadas pela Polícia Federal. Isso é oficial. Eu só as ouvi, de público, depois do que ocorreu no Palácio do Planalto. E essas ameaças não só foram dirigidas a mim, mas a vários. Mas isso é um fato independente. A minha participação, a minha função aqui é a de exatamente mostrar quem é o depoente, como é a vida pessoal de alguém que ameaçou o Brasil no Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Então, não retiro nenhuma das minhas perguntas, respeitando a posição de V.Exa. Mas tenho certeza de que eu prestei um grande serviço à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado João Daniel, por 3 minutos. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, quero saudar V.Exa., como Presidente; saudar todos os Parlamentares; saudar todos os dirigentes, homens e mulheres da CONTAG aqui presentes; a assessoria da CONTAG e, em especial, o Aristides.

Eu queria dizer, Aristides, que, talvez, as agressões que estão sendo feitas a você e o tratamento que está sendo dado a você são exatamente porque você não se prestou a fazer aquilo que os grileiros de terra deste País, que os latifundiários deste País queriam que você e as lideranças da CONTAG, da Via Campesina, do MPA e do MST fizessem, que era não ter consciência, que era trabalhar na fazenda, tirar leite das vacas para eles, limpar os cascos dos cavalos, para prestar serviço para eles, para os latifundiários.

Eu quero prestar minha mais alta solidariedade a você, Aristides, e a todos da CONTAG, em nome daqueles que deram a vida para que você pudesse estar aqui — refiro-me ao Alberto e tantos outros —; em nome dos três que foram assassinados na semana passada; do Ivanildo, na Paraíba, que era sindicalista, que era militante, que era assentado de reforma agrária e que foi morto com um tiro de



escopeta, quando a sua filha de 1 ano, somente ela, o acompanhou até amanhecer o dia, encostada no corpo, ensanguentada. Ele foi morto, foi assassinado pelos latifundiários da região. As denúncias estão escritas. Falo, também, em nome dos dois paranaenses que foram assassinados pela grilagem de terra, com o apoio dos grupos de extermínio que estão dentro da polícia e em meio aos grileiros, como o exemplo da Araupel.

Você, Aristides, e qualquer liderança, e qualquer movimento deste País, não serve, não presta, quando tem clareza, quando vai para dentro do Palácio fazer negociação, representar os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Portanto, eu quero deixar a nossa solidariedade e dizer que o Palácio do Planalto foi, nos últimos 13 anos, um espaço como nunca tinha sido, um espaço onde felizmente os trabalhadores do campo e os trabalhadores da cidade tiveram, tanto quanto os empresários, oportunidade para debaterem as políticas, para serem ouvidos, para discutirem. Muita coisa ainda nos falta, mas muito haveremos de conquistar.

Portanto, firmeza, porque o povo brasileiro, não só a CONTAG, mas todos aqueles que lutam estão com você. Somos todos Aristides. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Valmir Assunção, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui, de antemão, Aristides, dizer que eu tenho convicção do que eu vou afirmar aqui: os Deputados que estão aqui sabem que a frase que você falou lá no Palácio, eles sabem que nem a CONTAG nem os movimentos sociais deste Brasil vão invadir gabinete ou a casa alguém. Eles sabem disso, mas só querem uma coisa: trazer você aqui para ser constrangido, utilizar isso aqui como um palanque político, por causa do debate do *impeachment*. É isso o que está acontecendo aqui.

E digo isso porque — veja bem, Aristides — eles aqui teriam que estar explicando como é que o Governo do PSDB, 20 anos atrás, em Eldorado do Carajás, assassinaram 21 trabalhadores sem terra! (*Palmas.*) Deveriam estar explicando aqui — e eles deviam estar pedindo desculpas ao povo brasileiro — como é que o Governo do PSDB, lá em Minas Gerais, recentemente, mandou a



polícia despejar lá os sem-terra na Fazenda Nova Alegria. E foram cinco sem-terra assassinados. Como é que quinta-feira, lá no Paraná, um Governo do PSDB manda lá a polícia e dois sem-terra são assassinados?

Era isso que deveriam estar explicando aqui. Mas não o fazem. Querem constrangê-lo.

E mais importante ainda é que querem dividir o movimento e passar a seguinte imagem para os pequenos agricultores, para os trabalhadores brasileiros: Alberto é uma pessoa boa; Aristides não é uma pessoa boa. (*Palmas.*)

Rapaz, esse é um debate que nós temos que resolver! A CONTAG cumpriu um papel fundamental nesses 52 anos para a população brasileira. Hoje, os pequenos agricultores e trabalhadores rurais são respeitados graças ao trabalho e ao empenho de todos os diretores que passaram na CONTAG. (*Palmas.*)

A CONTAG cumpriu um papel fundamental para o desenvolvimento do campo brasileiro. Nós teríamos que estar aqui prestando uma homenagem à CONTAG, e não criminalizando a CONTAG, como muitos aqui estão querendo fazer.

Então, Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão a V.Exa.: que nós suspendêssemos esta reunião, esta oitiva, porque a testemunha que está aqui, o depoente, não vai falar. Então, não tem sentido nós estarmos aqui fazendo este debate, discutindo.

Então, gostaria que a gente suspendesse, para não continuarmos com esse constrangimento, porque o constrangimento não é, simplesmente, para o Aristides, mas para todos os trabalhadores rurais brasileiros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para concluir, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - ...que têm consciência política e sabem a importância da CONTAG.

Por isso, eu quero concluir dizendo que gostaria que V.Exa. dispensasse esta oitiva, porque já não tem mais sentido. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, mas ele pode mudar de ideia e falar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Primeiro, eu respondo a V.Exa. dizendo que todos os Parlamentares inscritos depois do senhor têm o mesmo direito que V.Exa. de se pronunciar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Portanto, a sugestão de V.Exa. não é apenas injusta — porque V.Exa. esperou todos falarem para sugerir isso —, mas regimentalmente não pode ser atendida.

Segundo, quero dizer que dificilmente concordo com o que o senhor diz, mas, com relação à CONTAG, nós temos total acordo. Pode ter certeza disso.

Por favor, Deputado Erika Kokay, por 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu começo a minha fala fazendo uma homenagem especial à CONTAG, entidade que nesses 50 anos tem feito uma luta e tem desenvolvido um modelo para que o País possa crescer e que não faz com que haja a subalternização e a desumanização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

E tenho a plena convicção de que esta CPI começa com um pecado original, sem fato determinado, e esse processo de ilegalidade desta CPI fica absolutamente claro no dia de hoje. No dia de hoje, nós não estamos aqui para analisar o objeto desta CPI; estamos aqui numa tentativa de calar os trabalhadores e trabalhadoras do campo. (*Palmas.*) Querem calar a voz desses trabalhadores, para que eles se submetam e se deitem para que sejam pisoteados pelo latifúndio neste País, que se sente também dono das pessoas, das crianças, das mulheres, e que não admite que haja a igualdade de direitos.

Aqui está muito claro isso. Tentou-se criminalizar e tentou-se investigar o Sr. Aristides, nas palavras do Relator. E o Relator foi muito claro ao dizer: “*Ora, o senhor não vai continuar se escondendo atrás de um habeas corpus*” — que é um direito. O direito aqui foi considerado um instrumento de escudo, mas tem muito Parlamentar que se esconde atrás do seu mandato e da sua imunidade, (*manifestação na plateia*) para poder açular e impregnar essa sociedade com o ódio contra trabalhadores e trabalhadoras. Há Parlamentares que estimulam pessoas a comprarem armas e destruir o Estado Democrático de Direito.

Portanto, nós temos a convicção do que significam as palavras do Relator quando ele diz: “*Nós vamos continuar investigando o Sr. Aristides*”. O Relator falou



isto: “*Vamos continuar investigando o Sr. Aristides*”. O Sr. Aristides não é objeto de investigação desta CPI, porque, ao que me consta, esta CPI não tem como objetivo criminalizar os movimentos sociais. (*Palmas.*)

Portanto, eu diria, está desnudado — desnudado — o objetivo real desta CPI. Está desnudado que se quer parar um processo de reforma agrária. Está desnudado tal objetivo quando se tenta, inclusive, transformar em crime um direito, que é o direito de ficar calado. E digo isso porque todas e todos nós sabemos que esta convocação teve o objetivo de constranger e humilhar não apenas o Sr. Aristides, mas constranger, humilhar e agredir todas as trabalhadoras e trabalhadores rurais deste País, que lutam pelo direito de terem uma propriedade e lutam por um país onde nós passemos o luto das casas grandes e senzalas. (*Palmas.*)

Por isso, Sr. Aristides, o senhor está aqui representando muita gente e representando um futuro que as balas e as cercas não vão impedir que se consolide. E será esse um futuro de respeito a todos os trabalhadores e trabalhadoras deste País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Edmilson Rodrigues, para sua manifestação, concedo a V.Exa. a palavra por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, na verdade, a minha fala é mais para dizer que fui crítico à criação da CPI exatamente porque a minha visão crítica se baseava no fato de não haver um fato determinado.

Não foi consenso isso. A Justiça até agora não decidiu sobre a iniciativa de ação perpetrada pela Deputada Erika Kokay. Isso não deixa de ser um prejuízo, pois a lentidão da Justiça cria sempre uma insegurança.

Em todo o caso, a CPI continua, e eu tenho participado e tentado dar a minha contribuição baseado na minha visão de mundo, na minha visão política, numa visão de desenvolvimento e numa certeza de que o Brasil é muito desigual, é muito violento e que algumas coisas nós não vamos resolver aqui.

Esse espaço expressa a luta de classes, de interesses de alguns que são ricos, detentores de terra e de muitos que sofrem a violência por não ter direito à terra, por não ter direito ao trabalho e por serem vítimas da violência física muitas vezes.



Mas não quero trazer para cá esse nível de debate. Eu creio, sim, que a convocação do Sr. Aristides poderia até cumprir um papel positivo, mesmo eu sendo crítico ao objeto da nossa CPI.

Eu quero confessar a V.Exas. que eu cheguei a pensar um pouco na linha do Marcon, ou seja, que o Aristides viria aqui e diria: *“Olha, houve uma emoção. Com isso daqui eu sustento que a reforma agrária é necessária e que os acampamentos devem continuar. Mas houve excesso em certas palavras, que foram entendidas da forma errada. Em momentos de crise, as palavras ganham uma força diferente até, muitas vezes, do que ganhariam em outro momento”*.

E nós sabemos do que estamos falando: nós estamos falando de gente de bem, pai de família, trabalhador, liderança de camponeses. Não estamos falando de bandidos.

No entanto, nós podemos querer transformar aqui num tribunal de exceção e já julgar alguém com a representatividade social que tem como se fosse um bandido, um criminoso.

Nós sabemos que há cerca de 200 Deputados que respondem a processos — e eles não são bandidos, até que a Justiça decida se são ou não. Correto?

(Manifestação na plateia. É isso aí!. Palmas.)

E digo isso ara nós termos o mesmo peso e a mesma medida. Da mesma forma, se eventualmente houve algum excesso na fala do Aristides, isso é uma questão... Quando eu ouvi aqui Deputados propondo a prisão dele, eu pensei: ele estava correto; eu estava errado, eu fui ingênuo.

Portanto, ele está correto ao conseguir um *habeas corpus*, porque o objetivo, parece-me — aqui foi declarado —, era constranger uma liderança social com um fundo político que vai além desta CPI e que tem a ver com a crise que nós vivemos e com o debate sobre *impeachment* ou não *impeachment*.

Ora, hoje mesmo, Deputados propuseram reagir com violência, com o uso de armas, mas nós tivemos, na semana passada, dois sem-terra mortos; no ano passado, 138 indígenas assassinados; além dos 135 que se suicidaram por causa da violência, da ocupação de suas terras, dos capangas entrando, ameaçando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Vou concluir.

Da mesma forma, há 20 anos. Eu sou do Pará, e foi com muita tristeza que vi o povo lutar por reforma agrária e ocupar uma via. A polícia, em vez de se preparar com os equipamentos corretos, foi com o peito aberto, e acabou havendo aquela desgraça: 19 sem-terra mortos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, V.Exa. excedeu o seu tempo em mais de 1 minuto.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, eu queria só parabenizar vários Deputados que, apesar das nossas diferenças, tiveram uma postura de acordo com o Regimento. Se me permite, concluo com isto: a Deputada Tereza Cristina foi nessa linha; o Deputado Osmar Serraglio e o Deputado Adilton Sachetti também obedeceram ao Regimento. A única questão que, eu acho, não cabia aqui, em relação aos dois últimos companheiros, era a de partido político. Isso não interessa. O cidadão pode ser de qualquer partido político, ou de nenhum partido político...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, está concluído o seu tempo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Pois não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Nilto Tatto, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, queria cumprimentar os colegas Parlamentares e, de uma forma especial, Aristides, assim, cumprimento todos os movimentos do campo, especialmente a CONTAG.

Eu não sei se posso falar isso, mas, em nome dos meus eleitores e daquilo que represento dentro do Parlamento, quero agradecer à CONTAG, da mesma forma quero agradecer ao MST e ao MPA pelo bem que vêm fazendo ao Brasil.

A pequena agricultura é responsável, no Brasil, por manter a diversidade, a agrobiodiversidade, que é uma riqueza da sociedade brasileira, uma riqueza do povo brasileiro. Vocês são responsáveis, inclusive, por manter muitos ativos ambientais, que são o patrimônio do povo brasileiro. Vocês são responsáveis por produzir 70% do alimento que chega à casa de cada brasileiro e de cada brasileira em todos os cantos, inclusive na cidade. Vocês são responsáveis por manter este Brasil pujante,



este Brasil diverso. Vocês são responsáveis por manter outra riqueza que é reconhecida no mundo inteiro, a diversidade social e a diversidade cultural deste Brasil, formado por diversos povos indígenas, por diversos povos que vieram escravizados da África para cá e por diversos migrantes, que vieram da Europa e de outras partes do mundo. O Brasil é visto como o País da diversidade, e essa é a nossa grande riqueza. Boa parte dessa riqueza, desses bens culturais, está associada à agricultura que vocês mantêm viva no campo.

No entanto, na medida em que esta Comissão traz o senhor aqui para ser constrangido, aqueles que trouxeram o senhor aqui para constranger vieram em nome da grande agricultura. Eles não reconhecem os 52 anos da CONTAG. Eles querem acabar com o agricultor. Eles querem acabar com a agricultura familiar. Eles vivem do voto do agricultor, mas prestaram um desserviço agora ao trazer aqui, da forma como trouxeram, o senhor, a CONTAG, para ser achincalhada dentro desta Casa. Isso não se faz com uma instituição significativa como é a CONTAG.

Eu espero que os Parlamentares que trouxeram a CONTAG aqui, para ser constrangida, quando voltarem a sua base, peçam perdão a essa Confederação, porque não foi o Aristides que trouxeram aqui, trouxeram a CONTAG e o que significa a CONTAG para a sociedade brasileira, para a produção de alimentos.

Então, deixem de trabalhar para a grande agricultura, para as grandes transnacionais, que vivem da exploração do trabalho, dos trabalhadores do campo no Brasil, e apoiem cada vez mais a agricultura de fato, que vive lá no campo e que ajuda o desenvolvimento do povo brasileiro, que ajuda o desenvolvimento do País.

Parabéns, Aristides! (*Palmas.*) Parabéns, inclusive, por ficar calado, porque você veio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Você veio aqui em respeito a esta Casa, que o chamou para uma coisa que não tinha nada a ver com o objeto desta Comissão. E você ficou calado porque respeita esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra, por 3 minutos, o Deputado Padre João.



O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Quero, inicialmente, cumprimentar todos da CONTAG, as federações, os sindicatos que estão lá na base. Eles têm um papel muito importante para o nosso País, para todos os brasileiros, inclusive para os ruralistas, que também comem os produtos que vêm da agricultura familiar. Muitos não aceitam alimento com veneno, e a agricultura familiar é que vem fazendo uma produção, de fato, diferenciada.

Lamento quando Deputados incitam a violência de forma descarada. Temos vídeos de Deputados, inclusive do Presidente, dizendo que tem que matar, tem que assassinar. Assim como o Deputado Jair Bolsonaro, que sobe no trio elétrico e diz que tem que atirar na testa do MST. É isso! Há vídeos circulando.

Isso é uma coisa absurda! O ódio, a violência a alguns sai de dentro desta Casa, a partir de Deputados, de apelo de Deputados.

Aristides, não se intimide, porque muitos aqui vêm fazendo isso com a própria Presidente da República. Então, essa é a maneira que eles agem, atingindo a própria Presidenta. Não se intimide, porque não há razão. Eles querem intimidá-lo. Muitos não têm moral, não têm história para constranger aqui um trabalhador, um agricultor familiar, sobretudo aquele que luta para o empoderamento sempre maior dos trabalhadores e dos agricultores familiares. Querem, de fato, também atingir a Presidente Dilma.

A concepção deles sempre foi essa. Eles querem que os trabalhadores continuem sem terra, para ficar na fazenda deles, realizando um trabalho análogo ao de escravo. É isso que eles querem! Eles acham um absurdo um agricultor familiar poder ter um carro, poder ter uma casa. E os Governos Lula e Dilma avançaram nessa situação, em parceria, sempre atendendo à pauta, sempre atendendo à agenda da CONTAG, por exemplo, do MST, do MPA, dos movimentos. Então, é isso. Dos agricultores, dos trabalhadores eles querem o voto, apenas o voto! Eles aqui legislam para as empresas do veneno, a serviço dos financiadores. É isso que eles vêm fazendo!

É lamentável essa postura, porque eles deveriam respeitar, no mínimo, os seus eleitores e trabalhar, inclusive, para a agricultura empresarial, que está aí refém também das multinacionais. Não é só o agricultor familiar, não. Mas, infelizmente, nem para aquele fazendeiro...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Veja o tempo, Deputado. Peço que conclua.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Eu vou concluir, Sr. Presidente.

Qualquer movimento pode ocupar legitimamente o gabinete, para abordar o Deputado. Isso é legítimo! Eu já recebi pessoas da CNA para dialogar determinados projetos de interesse do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, o seu tempo terminou. V.Exa. falou por mais de 1 minuto.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Então, vamos ocupar o gabinete, para dialogar, para discutir um projeto de lei. Isso é legítimo. Ele falou em ocupar, não falou em invadir.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Não falou. É ocupar!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Eu concluo, Sr. Presidente. Peço 30 segundos para dizer que há o cadastro das propriedades que não cumprem a função social, que deram calote no Governo ou que deram calote nos bancos. Essas propriedades têm que ser destinadas à reforma agrária. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído, Deputado.

O Deputado Jair Bolsonaro tem 30 segundos para a resposta, porque foi citado no discurso.

(Não Identificado) - Foi citado?

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Foi, sim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se eu disse que foi é porque foi.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, em primeiro lugar quero dizer que o nobre padre criou agora a figura do estupro consentido. Mais ainda, no passado, padre como ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - São 30 segundos, Deputado. Por favor, temos que ter ouvido com relação a isso.



O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - No passado, padre como ele levava uns cascudos para lembrar que Deus existe. *(Apupos.)*

E vou dizer mais, Sr. Presidente: eu defendo, sim, a posse de arma de fogo e, para os fazendeiros, de fuzil, porque cartão de visita para marginal e bandido tem que ser um cartucho 762.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Sr. Presidente, eu não tenho nenhum irmão que está com emprego...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Fala da sua mãe!

(Tumulto no Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, eu gostaria que mantivessem a ordem. Nós estamos concluindo a reunião.

Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Onde é que ele está inscrito?

(Não identificado) - Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não há requisição de Líder do PT.

(Não identificado) - Não há requisição de Líder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não há requisição de Líder. Eu não recebi e, não recebendo... Guardada no bolso, eu não tenho como saber de requisição.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não está chegando nada aqui.

Concedo a palavra ao Deputado Aelton Freitas, pelo Partido da República, por 6 minutos.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Sr. Presidente, na verdade sou eu quem vai falar pelo tempo de Líder do PR, em nome do Presidente Aelton Freitas.



O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Tem que haver autorização.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Tenho autorização. A autorização está aí, na mão do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Silvio Costa, nesta Mesa sou eu quem preside. Se V.Exa. participar mais uma vez, não falará nem como Líder aqui. (*Manifestação no plenário.*)

Vá dar pitaco em outro lugar, nesta Mesa, não! Por favor.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Obrigado, Sr. Presidente. V.Exa. tem que colocar ordem mesmo.

(Não identificado) - Vai falar porque está no Regimento, não é porque o Presidente gosta.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Sr. Presidente, peço que restitua o meu tempo de 4 minutos.

(Não identificado) - Vai falar porque está no Regimento, não é porque o Presidente gosta.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Sr. Presidente, peço que restitua o tempo, para eu começar a falar, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O tempo está no zero. Por favor.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos assistem, eu estava ouvindo atentamente a todos os depoimentos referentes à infeliz declaração do Sr. Aristides.

Trago um conselho: S.Sa., no mínimo, deveria se retratar e pedir desculpas pelo que foi dito. Em um Estado Democrático de Direito como o Brasil, na frente da Presidente da República, do Ministro da Justiça e demais autoridades, as principais e maiores do País, fazer uma ameaça como a que foi feita, contra a propriedade, contra os Deputados, de invasão de gabinete, isso é, no mínimo, uma aberração, uma incoerência, um absurdo. Deveria ter a humildade, a dignidade de se retratar, pedir desculpas e falar que foi um equívoco da sua parte ter dito aquilo lá.

Ipsis litteris, ele teria dito:

“A bancada da bala no Congresso Nacional, vocês sabem que é forte, e a forma de enfrentar a bancada da



bala contra o golpe é ocupar as propriedades deles ainda lá nas bases (...)”.

Se isso não é ameaça, Deputado Padre João, o que é ameaça então? É ameaça de invasão, é ameaça de tomada à força da propriedade. E ainda continua:

“E a CONTAG e os movimentos sociais do campo é que vão fazer isso. E ontem dizíamos, na passeata: ‘Vamos ocupar os gabinetes, mas também as fazendas deles, porque, se eles são capazes de incomodar um Ministro do Supremo Tribunal Federal, nós vamos incomodar também as casas, as fazendas e as propriedades deles’”.

Aristides, fica um convite aqui: vá ocupar o meu gabinete! Vá ao meu gabinete, na sala 273, Anexo III. Experimente chegar lá. *(Apupos.)* Pegue a sua corja, pegue a sua equipe e vá lá! Vá lá a minha casa, na cidade de Ourinhos, e tente invadi-la. *(Manifestação na plateia.)*

(Não identificado) - O gabinete é público.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - É um absurdo, uma aberração fazer uma ameaça dessas aos Deputados, a todos desta Casa.

(Não identificado) - Sr. Presidente, tem que ser respeitada a palavra.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Talvez, se tivesse iniciado com a dignidade, com a humildade de pedir desculpas e reconhecer que foi um ato falho, que foi uma falha da sua parte ter dito essas palavras, com certeza absoluta já teria aliviado, e muito, a questão e a sua situação aqui nesta CPI.

Então, não há cabimento, Sr. Presidente, nós estarmos na frente dessa pessoa, que deveria estar fazendo a sua retratação, pedindo as suas desculpas e se explicando sobre isso.

Não venham os demais Deputados dizerem que isso não é ameaça, que se trata de um diálogo. Vai invadir os gabinetes, vai invadir as casas, vai invadir as fazendas para dialogar conosco? Isso é uma ameaça explícita. Então, merece uma medida por parte do Judiciário. Tem que se explicar sobre isso, porque é uma ameaça direta para nós Deputados.

O SR. DEPUTADO MARCON - É uma ameaça grande.



O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Nós nos sentimos ameaçados com isso, mas não intimidados. Eu volto a falar: desafio a invadir a minha casa, desafio a invadir o meu gabinete, desafio a ir atrás de mim. Não tem coragem para isso.

Talvez fossem até palavras jogadas ao vento, numa ânsia política. Pelo que consta, V.Sa. saiu candidato, já tem um passado político, tem um interesse político. Na frente, obviamente, das câmeras, da imprensa toda presente, da Presidente, dos Ministros e tudo o mais, talvez fosse uma bela exposição, uma bela mídia, a fim de se classificar politicamente para as eleições futuras. Mas não há cabimento.

Espero que a Justiça tome uma decisão, e o faça de forma rigorosa, contra os depoimentos que você disse lá.

Nós somos da chamada, pejorativamente, bancada da bala, mas, na realidade, é a bancada da vida, porque defendemos a vida. *(Apupos.)* Com certeza absoluta! Não somos esses indivíduos que estão aí atrás, que, com certeza, são pagos para estar vaiando e aplaudindo. *(Apupos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal, a manifestação no plenário...

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Trabalham? Não trabalham.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A manifestação do plenário não é permitida. Eu quero recompor o tempo.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, mas também não pode instigar.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - São pagos 50 reais, 100 reais, 200 reais. O que estão fazendo aqui?

O SR. DEPUTADO MARCON - Não pode instigar.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Então me respeitem. Eu não estou falando nada contra eles, e vêm me vaiar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quem provocou não foi o Parlamentar. Foi de lá para cá, da assistência.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Respeitem-me. Foi lá que começou.

O SR. DEPUTADO MARCON - Não foi. Quem está com o microfone?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. tem mais 1 minuto para concluir o seu tempo, acrescido, pela interrupção da assistência.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Para nós, da chamada bancada da bala, o que você citou no depoimento é mais um reforço para a Comissão Especial que estuda o Estatuto do Desarmamento permitir que os proprietários tenham o direito ao porte de arma. Quiçá virá a legítima defesa por meio da arma, a legítima defesa da posse, a legítima defesa da propriedade. Se alguém pegar um indivíduo invadindo sua propriedade, não há outra coisa, tem que proteger a propriedade, tem que proteger a família dessa invasão, que é uma afronta, uma ameaça, um risco. E não há outra forma a não ser meter bala mesmo.

Se vai invadir, que volte, realmente, a defesa da propriedade nesta terra tão querida que é o Brasil, infelizmente entregue à bandidagem, sem leis, sem regras, com vocês fazendo o querem, badernando, quebrando, deteriorando.

Nós trouxemos também aqui Stédile para falar da baderna, dos homicídios, do massacre feito contra os animais lá em Carajás, e que não deu em nada.

Então, não se pode agir impunemente, não se pode falar impunemente. Vocês têm que ter responsabilidade, têm que ter consequência e têm que pagar pelos seus atos. Obviamente, eu espero que assim seja.

O mínimo que eu lhe peço, Aristides, é que tenha dignidade e humildade para se retratar e pedir desculpas, dizer que foi infeliz aquela declaração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra, pelo tempo de 8 minutos, dividido entre os Deputados Bohn Gass e Erika Kokay, a bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, colegas Deputados, obrigado.

Eu quero iniciar dizendo que pinçar uma frase e descontextualizá-la é um crime. Transforma-se, portanto, uma frase descontextualizada em crime para agredir uma entidade que representa a agricultura familiar neste País, que é a nossa querida CONTAG. É esse o crime, eu diria, essa a tentativa de circo que se está querendo mostrar aqui, porque são 500 anos em que este País está dividido entre ricos e pobres, entre latifundiário e pequeno agricultor.



Pequeno agricultor nenhum grilou a terra para ter fazenda. Mas muito latifundiário se apossou da terra de índios e de sem-terra para grilar e ter latifúndio. É esse exatamente o preconceito, ao colocar aqui não como testemunha, amparada; está-se tentando fazer um Tribunal de Júri. Está-se colocando na mesa o agricultor familiar, quem produz comida.

Exatamente esse latifúndio — olhem a discriminação —, nos anos de 1960 e de 1970, tinha uma coisa que se chamava cota-boi. Sabe o que havia neste País? Uma cota para o filho do fazendeiro estudar em universidade pública, se formar engenheiro agrônomo ou médico veterinário. São esses mesmos que hoje acusam nossa CONTAG e que são contra as cotas para os filhos de agricultores fazerem faculdade.

Toda esta discussão está sendo feita para desvirtuar o verdadeiro debate que acontece no País, que é a possibilidade de o agricultor familiar poder produzir, de o assentado poder ter sua reforma agrária, e de darmos voz a quem até agora não a teve.

Eu vou concluir este último minuto, para a Deputada Erika Kokay falar pelo tempo de liderança. O tempo é de 4 minutos para cada um, Sr. Presidente, foi o que nós estabelecemos.

É bom fazer o debate aqui, porque, quando as pessoas que assassinam, que pedem um armamento e que são financiadas, neste caso, não só pelas empresas que fazem as armas, mas exatamente... O que nós historicamente queríamos é que não houvesse o financiamento empresarial de campanha, porque o Deputado que está aqui hoje rasgando a lei, ferindo a Constituição, sendo contra o povo, estimulando o armamento, estimulando a matança, estimulando a guerra, carregando um profundo ódio contra aquele que produz comida e contra o pobre, que passou também a andar de avião, que passou a ter faculdade e que pode se alimentar melhor... Quando eles eram Governo, não fizeram. São os mesmos que agora querem rasgar a Constituição e impedir que uma Presidenta democraticamente eleita possa governar o País. São aqueles que não têm o voto do povo, porque, quando eram Governo, não ajudaram o pobre, ajudaram só as elites. Esses agora querem afastar quem representa o povo.



Por isso, nós precisamos rechaçar isso por inteiro. Eu repito: abstrair uma frase, descontextualizá-la e preparar este circo, isto, sim, é crime não só contra uma pessoa, mas contra a CONTAG e contra o povo pobre deste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay, por 4 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, há algum tempo, um Parlamentar disse que o Governo Federal só apoiava o que não prestava: quilombolas, índios, gays e lésbicas. E, há um tempo, outro Parlamentar chamou os proprietários de terra para que se fardassem de guerreiros e pudessem reagir de qualquer sorte. Não foi considerado que se estava incitando a violência.

Mas, quando houve o requerimento, aprovado nesta Comissão, para que o Sr. Aristides viesse aqui depor, já foram citados os artigos do Código Penal que o criminalizavam, antes mesmo que ele tivesse direito à fala. No requerimento de convocação já foi dito que ele estava ferindo artigos do Código Penal. E aqui também foi dito por um Parlamentar que este Parlamentar tinha a intenção de prendê-lo, se ele dissesse: *“Se o senhor falasse aqui, eu iria pedir para lhe prender”*.

Diz-se nesta Comissão que há um instrumento ou um escudo em relação a uma sentença judicial que assegura o direito — o direito. O direito de permanecer calado não pode ser utilizado contra quem é beneficiário do direito. E o direito de ficar em silêncio é uma proteção contra o arbítrio daqueles que disseram aqui que iriam prendê-lo se ele falasse, daqueles que fizeram requerimento apontando que ele já estaria em conflito com o Código Penal, portanto já o acusando sem antes lhe dar o direito de defesa ou o direito de fala. Por isso, o direito de ficar calado assegura que não haja uma potencialização do arbítrio, que tem sido regra nesta Comissão.

Além disso, o que nós vimos aqui é um Relator dizer que vai perseguir, que vai investigar; que o Sr. Aristides está protegido por um *habeas corpus*, mas não estará protegido sempre e será objeto de investigação, o que não é objeto desta CPI.

Além disso, também foi dito que o Sr. Aristides não falou de reforma agrária, que o Sr. Aristides falou de *impeachment*. Ele está vindo aqui depor, porque falou de *impeachment*? Está desnudada! As máscaras estão caindo! As máscaras estão



desconstruídas pelas próprias falas de quem quer utilizar esta CPI como instrumento para impedir a reforma agrária.

Não existe igualdade. Quem está sendo morto neste País são os sem-terra, não são os latifundiários. Quem está sendo morto, às dezenas, são indígenas, que lutam pelo seu direito assegurado na Constituição.

Nós estamos aqui, Deputado João Daniel, chorando a morte de sem-terra pela polícia do PSDB do Estado do Paraná, aliada àqueles que estão seguindo as ordens, muitas vezes emanadas desta própria Casa, no sentido de que é preciso colocar arma na cabeça de sem-terra.

Por isso, não vamos aqui falsear a verdade. O Sr. Aristides fez um pronunciamento se referindo a um discurso feito em uma ocasião anterior. E tudo isso é descontextualizado, porque se quer criminalizar a CONTAG. Não vão conseguir! Não vão conseguir! A CONTAG resistiu à ditadura militar! (*Palmas.*) A CONTAG resistiu à fúria do latifúndio! Não vão conseguir criminalizar a CONTAG! E não vão conseguir perpetuar as casas grandes e senzalas! O trabalhador rural não vai voltar para a senzala! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Antes de passar a palavra ao próximo Líder, do PSDB, o Deputado Domingos Sávio, pelo tempo de 8 minutos, quero refutar, de pronto, que esta CPI esteja voltada a qualquer tipo de arbítrio.

Se V.Exa. não está satisfeita, recorra ao Regimento e à lei. Mas este tipo de argumentação é leviana e irresponsável. E esta Presidência não aceitará.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Leviano e irresponsável...

(*O microfone é desligado.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não tem a palavra. Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO MARCON - ...todas as falas, e ainda mais a de uma mulher.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Deputado Alceu Moreira, V.Exa. está sendo muito grosso com uma mulher, uma Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu vou acrescentar o tempo do orador. V.Exas. não têm a palavra! É o Deputado Domingos Sávio que tem a palavra.



O SR. DEPUTADO BOHN GASS - A imparcialidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Da minha educação sou eu quem cuido. Não é V.Exa. quem me dá conselho. Por favor. (*Manifestação no plenário.*)

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero cumprimentar a todos. Quero cumprimentar também o Secretário de Finanças e Administração da CONTAG, o Sr. Aristides, que veio aqui como depoente.

Quero tentar colocar as coisas no seu devido lugar. Eu tenho insistido em que a verdade há de prevalecer sobre a mentira. E nós estamos assistindo aqui, e fico perplexo com o que nós estamos ouvindo, a alguns Parlamentares que tentam camuflar a verdade.

Em primeiro lugar, há uma verdade absoluta: A CONTAG merece o respeito de todos nós. E ouvi isso ser dito por todos os Parlamentares, inclusive pelo Presidente há poucos minutos.

Eu fui presidente de sindicato rural na minha querida Divinópolis. Na década de 80, já convivia, de forma muito próxima, com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. E, até os dias de hoje, convivo de forma respeitosa, harmoniosa, não só com presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais em todo o Estado de Minas Gerais como também com o presidente da CONTAG e com o presidente da FETAEMG, Wilson, meu amigo, pessoa que respeito. Eu conheço, portanto, aquilo de que vou falar. A CONTAG não tem essa filosofia de pregar a invasão, a violência. Portanto, ninguém está aqui criminalizando a CONTAG.

Por outro lado, não se convocou aqui a pessoa do Sr. Aristides para discutir *impeachment*, embora alguns Deputados da base do Governo tenha tentado desvirtuar o tema. Convocou-se o Sr. Aristides aqui, de forma muito apropriada, porque ele, numa fala dentro do Palácio do Governo, incentivou a invasão de propriedades tanto rurais como urbanas. E isso é algo que é objeto desta CPI.

As questões que estão sendo tratadas nesta CPI dizem respeito aos conflitos agrários, que precisam ser evitados, que precisam ser superados à luz da verdade, não da mentira, nem por meio de discursos eloquentes, como o que acabei de ouvir, mas que não se apegam à verdade, que camuflam a verdade, que agredem.



Aqui, tanto quem falou em Deus como quem falou no diabo acabou tendo uma coisa em comum: insuflou, de alguma forma, a violência. E não é esse o meu propósito, na condição de Líder do PSDB, neste momento. O meu propósito, como eu não tenho dúvida de que é o propósito desta CPI, é buscar a verdade. E é papel do Relator, como tal, e desta Comissão, investigar, sim.

Se alguém insufla a violência tem o direito de ficar calado. A lei lhe resguarda esse direito. Mas isso não o torna imune a qualquer investigação. Nenhum de nós, aliás, nem o Sr. Lula! Ninguém está imune à investigação, num País democrático. É bom que compreendam isso esses que, com eloquência, querem dizer que são os outros, dividindo o Brasil, os que já governaram no passado que eram violentos, mas estão aí pregando a violência dentro do Palácio.

Eu agora me dirijo ao depoente, e o faço com tranquilidade, com respeito: V.Sa. tem o direito de ficar calado, mas, se quiser, obviamente se quiser, pode falar.

Eu ouvi aqui de Deputados da base do Governo — não vou nem dizer mais da base do Governo —, de Deputados do PT e do PCdoB, especificamente. É hora de começar a separar isso. Aliás, esse é um alerta para o Brasil. Nós estamos na iminência da votação. Não fui eu quem colocou, mas um Deputado que me antecedeu, do Partido dos Trabalhadores, que fez referência ao processo democrático e constitucional do julgamento do *impeachment* e o fez chamando de golpe.

Ora, o Governo, neste momento, ele próprio admite, tem dificuldade de conseguir um terço dos votos, já se vê diante da iminência de não conseguir 171 votos. Vêm a esta Comissão os Deputados do PT e do PCdoB, especificamente, agridem todos os outros partidos que têm assento nesta Casa e defendem o que ocorreu no Palácio do Planalto, um palácio do Governo, uma violência contra a Nação. Teria o Governo uma ótima oportunidade de buscar um processo conciliatório com o País, não só com esta Casa. Ato contínuo aquilo.

Nós vimos claramente não só a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária se manifestar francamente favorável ao *impeachment*, mas a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, que até então vinha tendo posicionamentos de ponderação e de reflexão.



Assistiu-se a um episódio grotesco de alguém dentro do palácio dizer: “*Vamos invadir!*” E a Presidente responde com alguns beijinhos. Aqui hoje eu assisto a alguns Deputados do PT e do PCdoB dizerem que é golpe, insistirem nessa agressão contra o País.

Quando eu dizia que iria me referir ao Sr. Aristides, era para tão somente o seguinte: V.Sa. está do lado do seu advogado. Ele lhe acompanha legitimamente. Obviamente vai confirmar isso. V.Sa. tem o direito de ficar calado, mas pode usar a palavra e pode usar a palavra para dizer ao Brasil inteiro e a todos esses Parlamentares o seguinte: “*Me desculpem, não era essa a minha intenção. Não acho correto invadir propriedades, não acho correto insuflar a violência, num momento desses*”. Esse é o gesto que se espera! É essa a atitude que se espera!

Mas ao que eu assisto aqui dos Deputados do PT e do PCdoB? Já não digo mais da base do Governo, porque esse Governo não tem base de sustentação e não tem desejo de ter. Eu já disse a alguns Deputados do PT: como é que V.Exas. podem ter a expectativa ou alguém neste País pode ter a expectativa de que não se promova o *impeachment*, se já não há governabilidade e não se demonstra a menor disposição de construir qualquer entendimento neste País? Se continuam achando que têm que aplaudir quem quer invadir? Se me mandam um Deputado aqui para dizer o seguinte: “*A polícia do PSDB, do Governador do Paraná, invadiu e matou*”.

Ora, que vergonha! Um Deputado esclarecido, sabendo que a polícia não é de um partido ou de um governador, sabendo que ali havia seis policiais, que se confrontaram com 25, que começaram a atirar antes da polícia... A ocorrência está lá: um dos cidadãos que atirou primeiro deu seu depoimento, um inclusive que foi baleado estava armado e atirando, enfim.

Ora, é essa a possibilidade de construir algum entendimento que vocês apresentam ao Brasil? É isso? Vocês estão fadados... Vocês estão cavando a sepultura de um Governo que já não vive.

Portanto, nós estamos assistindo aqui à convocação de uma testemunha, para esclarecer e ter a oportunidade...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Olha o tempo, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Vou concluir, Sr. Presidente. E ter a oportunidade de se retratar, de se redimir, de dizer “não”. Mas vem com um *habeas*



corpus, que é de seu direito, e, aí, PT e PCdoB passam a dizer: “*Ora, estão errados os que o trouxeram aqui, estão querendo agredi-lo*”.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Olha o tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pela sua interferência, mais um minuto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Reflitam sobre isso, foram vocês que transformaram essa oportunidade...

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - O tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se V.Exas. continuarem interferindo, eu vou aumentar o tempo do Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Vou concluir. Transformaram essa oportunidade, de construir entendimento para pacificar, em mais um gesto de arrogância.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Arrogante é o Presidente.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O tempo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Por isso, Sr. Presidente, eu não tenho dúvida. A solução deste País passa, sim, pela votação constitucional desse *impeachment*, para que o País respire, de fato, liberdade, desenvolvimento, respeito a todos, trabalhadores, produtores, porque são todos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É preciso que os Deputados que interferiram vejam que, nos outros depoimentos, eu tive a mesma tolerância. Portanto, a interferência indevida, querendo presidir esta sessão, é absolutamente fora de propósito.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Eu não interfeiri na fala do Deputado. Quando terminou o tempo, eu pedi que V.Exa. verificasse o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não preciso da sua ajuda para fazer isso.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - E, aí, caberia a V.Exa. orientá-lo e avisá-lo de que o tempo estava terminando, e não dar mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não, absolutamente não.



Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze, pelo Bloco do PP, por 9 minutos, como Líder.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, achei estranho quando vi a colocação de alguns Parlamentares de que nós estávamos estimulando o ódio e a luta de classes.

Eu vou ler de novo, talvez eles não tenham ouvido, o que disse o Sr. Aristides, representando a CONTAG.

E, repito, nós não estamos contra a CONTAG, e respeitamos a CONTAG. Agora, já disse, uma ala da CONTAG certamente pensa como o Aristides falou. Essa ala eu não respeito. Eu respeito o Joel, Presidente da FETAG do meu Estado, e tantos presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais. Respeito a FETAESC, respeito a FETAPAR, várias federações. E citei o nosso amigo Anselmo, que foi Deputado conosco, da Federação de Rondônia.

“A bancada da bala no Congresso Nacional vocês sabem que é forte. E a forma de enfrentar a bancada da bala contra o golpe é ocupar as propriedades deles ainda lá nas bases, lá no campo. E a CONTAG e os movimentos sociais do campo é que vão fazer isso. Ontem, dizíamos na passeata: ‘vamos ocupar os gabinetes, mas também as fazendas deles, porque, se eles são capazes de incomodar um Ministro do Supremo Tribunal Federal, nós vamos incomodar também as casas, as fazendas e as propriedades deles’. Vai ter reforma agrária, vai ter luta e não vai ter golpe.”

Essas foram as palavras do Sr. Aristides, na frente da Presidente da República, na frente do Ministro da Justiça, na frente da Ministra da Agricultura e de tantos outros Ministros.

Pelo amor de Deus, somos nós que estamos incitando o ódio?

Portanto, é extremamente importante que V.Exas. saibam separar o joio do trigo e colocar as questões no seu devido lugar. Aí, vemos colegas Parlamentares dizendo que se está descontextualizando o tema. Ele disse isso.



V.Exa., Deputado Alceu Moreira, e eu, num Município lá do Rio Grande do Sul, em Vicente Dutra, fizemos uma fala. Onde é que nós estávamos? No meio de pequenos produtores rurais, noventa e tantos por cento de pequenos produtores, quando nós falamos. Eu disse uma frase, que foi citada aqui, do “tudo que não presta”. Ali não é descontextualização?

Tentaram me matar. Tentaram, Deputado Odelmo, fazer com que eu não me elegeisse. Fizeram de tudo, espalharam até CDs a respeito da minha fala pelo Rio Grande afora. E consegui me eleger.

E, de novo, agora tentam, com essa tal de citação do meu nome. Até um Deputado que está aqui, dizia outro dia, e eu quero que ele repita na minha frente: Deputado Bohn Gass, V.Exa. disse que eu era ladrão. Eu quero que V.Exa. diga na minha frente! Alguém, Deputado, ouviu o que V.Exa. disse lá, no dia da votação do *impeachment*. Eu quero que repita na minha frente aqui.

Portanto, pessoal, não é descontextualização. Quando o Lula fala, Bolsonaro, num tal de grelo duro, aí não tem descontextualização. Para ele vale tudo, o.k.? E cita a Deputada Maria do Rosário.

Agora, nós temos isso aí. Portanto, pessoal, é extremamente importante: nós temos que colocar a carroça nos trilhos, nós temos que colocar essa situação a limpo.

Quando eu ouço os colegas Parlamentares falarem da agricultura familiar, eu vou pedir a todos respeito. Eu respeito a agricultura familiar, porque a defendo. A agricultura familiar não é a que o MST e que a Via Campesina defendem aqui. São 200 mil produtores de fumo, Deputado Colatto, que grande parte desse pessoal está espezinhando, produtores de fumo que plantam de 2 a 3 hectares.

Aquilo é uma agricultura organizada. São milhares de produtores de leite, são milhares de produtores de frango, de suínos, no Brasil, que são integrados e organizados. Então, não é a agricultura que eles defendem que gera 70% do alimento no Brasil. É essa agricultura organizada, e na qual a CONTAG decente tem papel e pela qual ela trabalha. Ela defende essa gente, que nós também defendemos.



Então, não é certo dizer que nós somos contra o agricultor, que só defendemos o latifundiário. Quando eu falo em preço de adubo, eu falo para todos os agricultores do Brasil. Não é para um tipo de agricultor, Deputado Colatto.

Quando eu falo no preço do defensivo, e nós debatemos essa questão, falamos para todos eles. Quando eu falo em veneno, é para liquidar a agricultura, que é o único setor que está sustentando este País. Tem que haver respeito com essa agricultura, tem que se lavar a boca para falar dessa agricultura. Não são os invasores de propriedade que estão fazendo isso Brasil afora.

Aqui foi citado um caso de uma propriedade invadida no Paraná. Quem a invadiu? Os sem-terra invadiram uma área lá no Paraná, tocaram fogo na propriedade e a polícia ambiental foi lá. Existiu um conflito. Agora, não foi a polícia que saiu atirando. O que aconteceu? Aí vão dizer que mataram dois coitados. Eles invadiram uma propriedade! Quantas mil famílias existem lá no Paraná — Deputado Osmar Serraglio e demais Deputados que estão aqui — e tiveram invadida a sua propriedade?

Aí está tudo bem. Aí botam fogo na propriedade, vai a polícia ambiental para apagar o fogo e é recebida de que jeito? À bala. E os dois produtores de Faxinalzinho, o Alcemar e outro — dois pequenos produtores, Deputado —, que foram mortos, lá no Faxinalzinho? Tudo bem, né? Foram barbaramente assassinados, porque o Ministro da Justiça, hoje Advogado-Geral da União, advogado da Presidenta Dilma, prometeu, enrolou, e eles mesmo disseram: *“Nós fomos enrolados pelo Ministério da Justiça”*. *“Aí está tudo bem: podem matar aqueles dois coitados, miseráveis, lá de Faxinalzinho. Ninguém está preocupado com isso.”*

Nós estamos preocupados com essa gente, sim, e por isso abrimos esta CPI aqui: para mostrar os desmandos que o PT está fazendo. E aí criticam quando o Tribunal de Contas da União, desde o Fernando Henrique, do Lula, e agora no Governo Dilma, mostra 579 mil propriedades, Deputado Odelmo, que estão com problemas na reforma agrária, que eles não fiscalizam.

Deputado Nilson Leitão, quantos milhões foram parar no bolso dessa gente que ajuda a invadir propriedades, que estimula a invasão de propriedades? Isso, esta CPI vai mostrar, através do relatório do nosso Tribunal de Contas da União.



Então, nós, sim, defendemos a agricultura, e sei da parte da CONTAG que a defende, e nós estamos juntos. Trabalhamos, aqui, por 8 ou 9 anos, com o ex-Presidente da FETAG do Rio Grande do Sul, Elton Weber, para acertar o Código Florestal. FARSUL e FETAG vinham sempre aqui. Eu convidava a FETAG, convidei o Elton. Trabalhamos juntos, assim como com tantas Federações dos Trabalhadores da Agricultura. Então, nós respeitamos essa CONTAG, mas desrespeitamos aquilo que o senhor Aristides falou, porque ele representa uma ala da CONTAG, ele não representa a maioria da CONTAG.

Portanto, esse é o porquê de nós estarmos aqui neste instante, e é bom que os senhores entendam isso. E digo mais para V.Exas. que gostam de encher a boca e gargantear: esse moço aqui, Deputado Sérgio Turra, é filho do ex-Ministro Francisco Sérgio Turra. Quando Francisco Turra foi Ministro da Agricultura, seguido do Pratini de Moraes, nós demos a virada na agricultura do Brasil.

Entendam, e esses são os números: nós colhíamos aqui, Deputado Odelmo, você era meu Líder, 83 milhões quando eu cheguei aqui, e a Frente Parlamentar de Agricultura, Deputado Colatto, defende essa gente, Deputada Tereza Cristina, qualquer produtor pequeno, médio ou grande. E, em 1999, passamos de 83 milhões de toneladas para 123 milhões de toneladas, no início de 2003, safra que nós plantamos, e o Lula colheu. De lá para cá, foram 50% de aumento em 4, 5 anos. E de lá para cá, de 123 para 209 milhões de toneladas. O Brasil subiu em todo esse período, de 2003 a 2016, em 13 anos, outros 50%. Agora, foram os agricultores brasileiros. Não foi Lula, não foi Dilma! E o Lula hoje está estimulando o roubo. O roubo dentro da PETROBRAS, quem fez foi ele. No roubo dentro dos fundos de pensão, quem é que comandou o processo? Ele. A Dilma!

Agora dizem que não há fato determinado em cima da questão do *impeachment!* Há sim! Não são só as pedaladas fiscais. É o roubo desenfreado nos fundos de pensão, no BNDES. Levaram dinheiro do Brasil! O Lula era um caixeiro-viajante. Emprestou mais de 50 bilhões para Cuba! Não tem porto no Brasil, agora, tem porto em Cuba! As estradas, as ferrovias, as hidrovias em Angola, na Venezuela, e em tantos países mais.

“Aí eu tenho avião dos caras, será que eu só recebo 300 mil reais para eu fumar o meu charuto, tomar um bom vinho, lá em Cuba, em qualquer lugar?”



Certamente tem comissão em cima disso. Por isso, ele está sendo investigado. Por isso, hoje, o Brasil está sendo passado a limpo, e no domingo nós iremos fazer o *impeachment* da Presidente, por tudo isso, e muito mais.

Aqui nesta questão dos PRONAFs — os colegas Parlamentares sabem, e a FETAG sabe disso —, no Rio Grande do Sul, só na questão do fumo — e o Deputado Heitor, se estiver aqui, sabe disso —, mais de 100 milhões foram roubados de mais de 3 mil pequenos agricultores. Na Associação dos Pequenos Agricultores Campesinos, Deputado Bolsonaro, roubaram mais de 23 mil produtores rurais, mais de 6 mil CPFs, em cima de uma associação, de uma gangue liderada por um Vereador do Partido dos Trabalhadores de Santa Cruz do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Portanto, é extremamente importante o que nós estamos fazendo aqui. Sou responsável pelo que digo. Aqui nós não estamos atacando a CONTAG boa. Estamos atacando essa banda que, junto com o MST, junto com Via Campesina, que junto com todos esses movimentos, está achacando a agricultura e a produção brasileira.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Presidente, ele me citou. Meus 30 segundos...

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Os agricultores respeitam a Constituição. Eles são contra o golpe. É uma minoria, aí...

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Sr. Presidente, ele me citou, e como se eu tivesse dito palavrão em relação a ele...

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Ele citou! Ele citou!

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Não citou!

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não, ele citou meu nome... Presidente, meus 30 segundos!

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Citou! Citou!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal...

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Citou! Citou!

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Citou, Presidente!



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Não citou, não! Não citou!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Citou meu nome, Presidente!

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Ele citou, citou!

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Eu quero que ele me chame de ladrão, aqui, que diga o que ele disse lá. Alguém ouviu. Diga para mim, Deputado!

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Isso, isso que ele falou. Meus 30 segundos. Ele falou meu nome! Presidente, meus 30 segundos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Trinta segundos para o Deputado Bohn Gass, por favor.

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Em primeiro lugar, ninguém vai colocar palavra na minha boca, muito menos V.Exa. O que eu disse é que quem está na Lava-Jato não tem moral para falar de corrupção! Isto eu disse.

Em segundo lugar, se hoje os agricultores têm produção, no Brasil, da agricultura, é bom lembrar as renegociações das dívidas. É bom lembrar as enormes anistias daqueles que usaram muitos financiamentos...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído o seu tempo. Eram 30 segundos. Eu quero...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível. Palmas.)

O SR. DEPUTADO BOHN GASS - Não tenho nada a ver! Não tenho nada a ver com isso!

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tenho moral, sim!...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis. Tumulto no Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não, não, não, não. Pessoal! Pessoal! Pessoal!

Eu quero permitir aos Sr. Aristides que ele possa ir ao banheiro...

(Tumulto no Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal! Pessoal... O depoente Aristides... Por favor, por favor, por favor, por favor! Por favor!

(Tumulto no Plenário.)



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Está na Lava-Jato!

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Eu não o citei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Heinze, Deputado Heinze, por favor!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não! Ninguém terá a palavra. Não terá a palavra. Absolutamente não! Ninguém terá a palavra. Ninguém terá a palavra. Quero...

Pessoal, neste momento, a oitiva do Sr. Aristides, na forma do *habeas corpus*, se conclui, porque o último orador inscrito e o último Líder se pronunciaram. Logo, se ele quiser permanecer entre nós, na condição de depoente, ele ficará. Se ele não quiser, ele tem direito a se retirar, a ir embora.

Esta Presidência vai dedicar um tempo a mais para ouvir Parlamentares pelo período de 1 minuto.

Por favor. Por favor, meu irmão. Por favor.

Então, acabo de...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Ele faz parte da Mesa! Ele faz parte da Mesa e pode sugerir, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O depoente Aristides, caso queria se retirar, esta Presidência agradece sua presença com respeito ao Regimento e às leis...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Ele vai se retirar porque é covarde. Eu duvido que ele fique aí! É covarde. Eu quero que ele fique para ouvir.

O SR. IVANECK PEREZ ALVES - Você está usando a imunidade parlamentar também.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu quero que você vá invadir lá... Covarde! Covarde! Bandido! Bandido!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não pode nada. Você vai para casa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Bandido e covarde! Bandido!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ou para, ou vou mandar te prender, seu merda!

(Tumulto no Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal! Pessoal!

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Bandido e covarde!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, eu quero que a segurança... Faça o favor de tirar aquele cidadão, porque quem não tem educação não pode estar nesta Casa. O senhor não merecia estar aqui, não faz um gesto de cidadania.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Então, muitos Deputados não poderiam estar aqui, porque tem muitos aqui sem educação. *(Riso.)*

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputado também não tem educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. está se acusando, Deputado?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputado não tem educação. Deputado que grita desesperado, chama todo mundo de ladrão, não tem educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Em virtude dos ânimos alterados nesta Casa e percebendo que nada mais pode ser alterado em virtude das manifestações, conforme determinação da própria Comissão, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.